https://doi.org/10.20336/rbs.1176

As Ciências Sociais e os horizontes possíveis no rural do latifúndio: a reprodução ameaçada do campesinato nas teses de Antônio Candido e Afrânio Garcia Jr.

The Social Sciences and possible horizons in the rural latifundia: The threatened reproduction of the peasantry in the theories of Antônio Candido and Afrânio Garcia Jr.

Las ciencias sociales y los horizontes posibles en el medio rural del latifundio: la reproducción amenazada del campesinado en las tesis de Antônio Candido y Afrânio García Jr.

Patrícia Alves Ramiro[*]

RESUMO

O artigo analisa a constituição dos estudos rurais no Brasil como um subcampo das Ciências Sociais, argumentando que suas particularidades devam ser compreendidas conforme os contextos institucionais e sociais de sua produção. Demonstrando que a produção científica sobre o rural brasileiro não pode ser dissociada das estruturas históricas de dominação agrária e da circulação internacional das ciências, examinam-se as contribuições das teses de Antonio Candido, defendida na pós-graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo (USP) no ano de 1954 e a de Afrânio Garcia Jr., defendida no Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1983. Ambas tratam, cada qual à sua maneira, da difícil questão da reprodução social do campesinato brasileiro em áreas marcadas tanto pelo declínio quanto pelo auge do latifúndio monocultor. Com base no conteúdo analítico dos livros *Os parceiros do Rio Bonito* (1954) e *O Sul: caminho do roçado* (1989), defendemos que tais obras permanecem fundamentais, não como modelos metodológicos a serem reproduzidos, mas como referenciais críticos para interpretações de permanências e transformações em reconfigurações agrárias e urbanas atuais, bem como para compreensão das novas formas de resistência social que emergem em territórios antes dominados pelas fazendas ou pelos engenhos.

Palavras-chave: sociologia rural, campesinato, dominação agrária, Brasil.

[*] Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, Brasil.
Doutora em Sociologia, professora adjunta no Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba. patriciaalvesramiro@gmail.com

ABSTRACT

The article analyzes the development of rural studies in Brazil as a subfield of the Social Sciences, arguing that its specificities must be understood within the institutional and social contexts in which it was produced. Demonstrating that scientific knowledge about rural Brazil cannot be dissociated from the historical structures of agrarian domination nor from the international circulation of the social sciences, the study examines the contributions of two dissertations: Antonio Candido's thesis, defended in the graduate program in Sociology at the University of São Paulo (USP) in 1954, and Afrânio Garcia Jr.'s thesis, defended in the Graduate Program in Social Anthropology at the National Museum, Federal University of Rio de Janeiro, in 1983. Both works address, each in their own way, the challenging issue of the social reproduction of Brazilian peasants in areas marked either by the decline or the peak of plantation estate. Based on the analytical content of *Os parceiros do Rio Bonito* (1954) and *O Sul: caminho do roçado* (1989), we argue that these contributions remain fundamental as critical analytical references for interpreting continuities and transformations in current agrarian and urban areas reconfigurations, as well as for understanding new forms of social resistance emerging in territories once dominated by estates and sugar mills.

Keywords: rural sociology, peasantry, agrarian domination, Brazil.

RESUMEN

El artículo analiza la configuración de los estudios rurales en Brasil como un subcampo de las Ciencias Sociales, argumentando que sus particularidades deben entenderse en función de los contextos institucionales y sociales en los que se producen. Al demostrar que la producción científica sobre el medio rural brasileño no puede disociarse de las estructuras históricas de dominación agraria y de la circulación internacional de las ciencias, se examinan las aportaciones de la tesis de Antonio Candido, defendida en el posgrado de Sociología de la Universidad de São Paulo (USP) en el año 1954, y la de Afrânio García Jr., defendida en el Programa de Posgrado de Antropología Social del Museo Nacional, en la Universidad Federal de Río de Janeiro, en 1983. Ambas abordan, cada una a su manera, la difícil cuestión de la reproducción social del campesinado brasileño en zonas marcadas tanto por el declive como por el auge del latifundio de monocultivo. Basándonos en el contenido analítico de los libros *Os parceiros do Rio Bonito* (1954) y *O Sul: caminho do roçado* (1989), defendemos que dichas obras siguen siendo fundamentales, no como modelos metodológicos que deban reproducirse, sino como referentes críticos para interpretar las continuidades y transformaciones en las reconfiguraciones agrarias y urbanas actuales, así como para comprender las nuevas formas de resistencia social que surgen en territorios antes dominados por las fincas o los ingenios.

Palabras clave: sociología rural, campesinado, dominación agraria, Brasil.

Introdução

O objetivo deste artigo é trazer aos leitores e leitoras exemplos significativos de pesquisas produzidas nas Ciências Sociais sobre o "rural brasileiro" que servem de estímulo para novas pesquisas, tanto por seu conteúdo, quanto por sua maneira de construção do conhecimento através da observação atenta de realidades rurais. De fato, muitos são os caminhos possíveis – e necessários – para se pensar sobre a produção dos estudos sobre o rural: contextualização e pesquisa bibliográfica analíticas das obras; resumo das temáticas mais centrais, formação das associações profissionais, eventos acadêmicos da área, periódicos de alto impacto, premiações da área, financiamentos e editais voltados a tais estudos, entre outros. Propositadamente, opto por outra possibilidade com o intuito de demonstrar como a produção acadêmica em momentos distintos, ainda que construídos em momentos de crise política e ditaduras no Brasil, preocupada com as transformações intensas decorrentes da industrialização e urbanização veloz da sociedade brasileira, produziu obras de alta qualidade que se direcionavam a sujeitos sociais "esquecidos" no campo acadêmico de suas épocas. Ao mesmo tempo, mostrarei como tais pesquisas respondiam aos anseios de maior profissionalização dos cientistas sociais através da institucionalização, nos anos 1940 e 1950, da graduação em Ciências Sociais e da pós-graduação em Sociologia; e, nos anos 1960, da criação e consolidação da primeira pós-graduação em Antropologia no país.

Para tanto, tomarei como casos significativos de pesquisas nos espaços rurais brasileiros duas obras produzidas a partir de bases empíricas historicamente situadas, com alto rigor científico e boa dose de "imaginação sociológica" (Mills, 1972). Ambas construídas como teses de doutoramento, publicadas em formato de livro alguns anos após as defesas. A primeira delas, intitulada *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*, defendida por Antônio Candido junto ao Programa de pós-graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo (USP), no ano de 1954, e publicada em formato de livro dez anos depois. A segunda, primeira tese de doutorado defendida, em 1983, junto ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) no Museu Nacional (MN) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) por Afrânio Garcia Jr., *O Sul: o caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. Esta última, publicada em 1989 em formato de

livro, no Brasil e na França, após o autor realizar estágio pós-doutoral com a supervisão do sociólogo Pierre Bourdieu entre 1983 e 1986 (Garcia Jr., 2005). Ainda que separadas por quase trinta anos, conforme demonstrarei, possuem a preocupação em comum de trazer ao debate situações concretas da reprodução social historicamente ameaçada do campesinato brasileiro.

Refletir sobre o processo de construção dos chamados "estudos rurais" a partir de um olhar não circunscrito ao conjunto das principais obras e artigos publicados na área, além de evitar o risco de cometer injustiças com pesquisadores(as) e de reproduzir o que já foi realizado por outros(as) autores(as) (Wanderley, 2012; Brumer & Santos, 2006; Garcia Jr., 2003; Santos, 1991; Candido, 1954/2010), significa árdua tarefa de contextualização que desnaturalize o próprio conhecimento produzido. Para tanto, darei especial atenção ao contexto histórico e institucional das Ciências Sociais no Brasil, bem como à dimensão transnacional de sua história e às formas de incorporação às análises das realidades brasileiras. Num país colonizado como o nosso – onde as *plantations* caracterizaram a sociedade formada após a chegada dos portugueses, que escravizaram corpos negros e dizimaram etnias indígenas –, pensar nosso rural sempre envolveu o entendimento de nossa posição periférica e subordinada enquanto colônia e da reprodução social da separação entre *senhores* e *escravos*. Desigualdade esta que permanece reproduzida, ainda que com novas roupagens, em categorias sociais que seguem às margens ou na periferia do latifúndio brasileiro.[1]

Mostrarei que, enquanto Candido – ensejando dar conta das transformações culturais do *caipira*, advindas do declínio do latifúndio cafeeiro paulista após a crise de 1920 – se debruçou sobre as transformações ocorridas, por meio da análise da categoria social intitulada *aforante*, uma das formas possíveis da parceria – sociedade moral em que há fornecimento de terras em troca de parte da produção, que se dissemina na região –, Afrânio Garcia Jr. vai encontrar, mais de duas décadas adiante, na região Nordeste – em momento de auge da agroindústria sucroalcooleira –, o declínio da dominação tradicional personalizada, de um mundo bastante hierarquizado, que transformava a realidade dos pequenos agricultores do Nordeste, categoria central no trabalho do autor.

[1] Nesta última, por exemplo, encaixam-se, tanto o estudo de Antônio Candido sobre os aforantes, que será aqui analisado, quanto as pesquisas em Pernambuco de Afrânio Garcia Jr. (1983) e de Beatriz Heredia (1979) que reforçam a tese de Palmeira (1989, p. 105) de que "as transformações ocorridas no campo foram maiores que a modernização" e, nesse sentido, o campo de lutas é bem "mais amplo que a simples oposição entre camponeses e latifundiários" (Palmeira, 1989, p. 104).

Para dar conta dos objetivos aqui propostos, com o intuito de uma breve sociologia das condições sociais de produção acadêmica sobre o espaço rural brasileiro, mostrarei, em cada um dos autores tomados como emblemáticos da discussão deste artigo, as influências estrangeiras que marcaram, em contextos historicamente circunscritos, não apenas a hierarquia dos objetos, mas a dos próprios sujeitos produtores de conhecimento (Bourdieu, 2019).[2] Para tanto, recorrerei a uma análise – ainda que não muito exaustiva – de suas trajetórias e da maneira como construíram seus objetos e principais contribuições científicas. Antes, porém, cabem algumas considerações sobre o surgimento de uma disciplina intitulada sociologia rural no meio acadêmico brasileiro, com vistas a destacar seu formato pragmático e distante da maneira de construir objetos e fazer pesquisa presente nas duas obras aqui selecionadas.

Por uma sociologia do rural

Pensar de que maneira se construíram, nas Ciências Sociais, os estudos sobre o meio rural no Brasil não é tarefa fácil, dada a diversidade regional e a consequente variação de categorias sociais que compõem o cenário agrário. Quando o assunto é o rural, podemos dizer que a Sociologia, a Antropologia e a Ciência Política, em diversos momentos, foram companheiras de empreitada, construindo um diálogo profícuo para a compreensão de nossa realidade. Nesse sentido, desmembrar a produção por área das Ciências Sociais não parece muito acertado. Além disso, ainda que seja não apenas tarefa difícil, mas especialmente infrutífera, separar a sociologia rural como um campo à parte da sociologia, penso que, de maneira heurística, podemos pensar o rural como um subcampo.[3] Isto porque restringir a produção aqui à chamada sociologia rural implicaria cometer alguns equívocos. Além de restringir o

[2] O lugar que cada disciplina ocupa, ou seja, a posição ocupada por uma disciplina no campo acadêmico não é estática. Além disso, tem sua hierarquia alterada com base não apenas nas hierarquias próprias do campo científico, mas também através de suas relações com o campo de poder que rege seu funcionamento e suas práticas. Uma boa análise dessa situação foi realizada por Michel Pollak (1976) para o caso da Sociologia francesa.

[3] Temática historicamente de posição relativa inferior nas lutas simbólicas da Sociologia, tanto nos Estados Unidos, quanto na França, fato que se reproduz em nosso país (Sigaud, 1992). Conforme escreve Rios (1979), a fundação da Sociedade Americana de Sociologia Rural teve como principal motivação o sentimento de "marginalização" dos pesquisadores junto à sociedade fundante da disciplina em 1935. Em *Esboço de uma autoanálise*, Pierre Bourdieu (2005) coloca como abandonar a Filosofia e reconverter-se para Sociologia, através de seus estudos no início da carreira sobre o realojamento de argelinos durante a Guerra da Independência de seu país e em sua aldeia natal na França, era um rebaixamento simbólico no campo acadêmico e afirma que pesquisar o rural era o degrau mais baixo de todas as especialidades da Sociologia.

campo de estudo a uma região geográfica determinada e tornar aqueles que o praticam numa espécie de "especializados do campo" que nada podem dizer sobre outras questões teórico-metodológicas mais valorizadas (Sigaud, 1992), envolve também uma discussão relevante sobre a construção inicial e as intenções em jogo de uma disciplina direcionada aos estudos rurais no país.

No Brasil, o surgimento de uma disciplina com esse nome esteve atrelado às políticas norte-americanas preocupadas em reproduzir um tipo ideal de agricultor que atenderia aos interesses econômicos e políticos dos EUA.[4] José Arthur Rios (1979), egresso das primeiras turmas de sociólogos da Faculdade Nacional de Filosofia, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro, vai ser autor de um dos raros artigos disponíveis sobre o surgimento da sociologia rural, redigido nos anos 1970. Bastante encantado com a sociologia norte-americana do pós-guerra, especialmente com T. Lynn Smith, a quem chama de um dos mais autorizados mestres da sociologia rural, seu orientador no mestrado em Sociologia Rural na Universidade Estadual da Louisiana logo após a guerra, Rios se empenha em seguir a cartilha reformadora em órgãos públicos do governo brasileiro, defendendo a "necessidade de ampliação das frentes de atuação profissional dos cientistas sociais para além das universidades" (Lopes & Maio, 2017, p. 10). Smith realiza viagens ao Brasil desde os anos 1940 como um dos membros da chamada Política de Boa Vizinhança encampada pelo governo Franklin Roosevelt. Tal política fazia parte das ações vinculadas ao Office of Foreign Agricultural Relations (OFAR), escritório do Departamento de Agricultura, cuja missão era se ocupar de assuntos internacionais de interesse norte-americano, coletando informações sobre a produção, estabelecendo acordos comerciais em torno das exportações e importações de *comodities* (Lopes & Maio, 2022).

Os sociólogos rurais estavam inseridos numa política de aproximação diplomática via, entre outras coisas, a cooperação acadêmica, possibilitada devido à ameaça nazifascista nas Américas. Com experiência junto aos programas do *New Deal*, que visavam reduzir as consequências da grande depressão iniciada na crise de 1929, dentre suas tarefas estava a de orientar o modelo de assistência e extensão rural nas zonas rurais latino-americanas.

[4] Talvez por esse motivo, José de Souza Martins tenha falado do desencantamento da sociologia rural no país durante a palestra na sessão de encerramento do X Congresso Mundial de Sociologia Rural, realizado no Rio de Janeiro em 4 de agosto de 2000. Segundo ele, a disciplina teria colocado os interesses do mercado e do Estado acima da necessária neutralidade científica (Martins, 2001).

Obviamente, para tanto, era preciso investir numa rede internacional de interlocutores, no ensino e formação de novos quadros para atuarem na área com foco na extensão rural; bem como na realização de pesquisas que auxiliassem a compreensão das realidades rurais latino-americanas. Numa espécie de "exercício de hegemonia que privilegiava, no lugar das antigas táticas de intervenção militar, a construção de uma imagem positiva e prestigiosa do país enquanto liderança política e técnico-científica das Américas" (Lopes & Maio, 2022, p. 2), a transnacionalização da sociologia rural acontece do Norte para o Sul americano. Tal caráter prático e reformador vai ser transportado ao Brasil, a partir de 1937, junto aos cursos de graduação em Agronomia, quando o professor norte-americano John B. Griffing ocupou a primeira cadeira de Sociologia na, então, Escola Superior de Agronomia e Veterinária (ESAV), criada na década de 1920, atual Universidade Federal de Viçosa. Foi naquela universidade que, em 1939, foi ministrada a primeira cadeira de uma disciplina intitulada *Sociologia Rural* pelo colaborador estrangeiro (Lopes & Maio, 2022). Posteriormente, a cadeira seria assumida por Edgard Vasconcelos de Barros, mineiro, bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais no Rio de Janeiro e com mestrado em sociologia rural na University of Wisconsin, defendido em 1955.

Nos anos 1960, seguindo a mesma lógica "modernizadora", muitos convênios serão firmados com o Ministério de Educação (MEC) brasileiro e United States Agency for International Development (USAID) (Ribeiro, 2009). Na fase inicial desta relação EUA/Brasil, no ano de 1963, será instituída a primeira pós-graduação específica para questões rurais na área da Sociologia, junto ao modelo proposto pelos norte-americanos. Surge, assim, o Programa de Pós-graduação em Sociologia Rural, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Em 1973, por exemplo, com auxílio recebido da USAID, o professor Alzemiro E. Sturn, vinculado àquela universidade, será responsável pela tradução da coletânea *Sociologia Rural: uma análise da vida rural contemporânea*, editada por Alvin Bertrand da Universidade Estadual de Louisiana, na qual sociólogos norte-americanos mostram-se preocupados com "as exigências especiais dos cursos desta disciplina" (Bertrand, 1973, p. 11), visando sobretudo formar novos pesquisadores cientes da "sociedade rural americana de hoje como ela é, dinâmica e em transição" (Bertrand, 1973, p. 11).

Enfim, nesse momento, cabe reforçar que, de maneira geral, o contexto institucional que viabilizou a produção acadêmica das Ciências Sociais brasileira, sem deixar de lado os estudos sobre o meio rural, alvo central deste artigo, foi fortemente marcado pelas dinâmicas dos fluxos de pesquisadores norte-americanos e, conforme será demonstrado no caso da USP, da vinda de franceses para o Brasil. Através de sociologia histórica das Ciências Sociais, Peixoto (2001), classificando-as em tipos de relações estabelecidas de acordo com a ênfase em pesquisa ou docência, na duração da presença no Brasil, e chamando atenção para o papel central das verbas no período de 1930-1960, mostra-nos o caráter mais empírico do surgimento da sociologia norte-americana, institucionalizada mais rapidamente, ao contrário de sua principal concorrente, a francesa.[5] Os abundantes recursos colocados à disposição das pesquisas no lado norte-americano via intercâmbios, naquele período,[6] contrastava com a escassez de verba investida pelo lado francês, fato que acabou por restringir sua passagem pelo país para a docência. Na USP,[7] foram as missões científicas realizadas através da intermediação de Georges Dumas, seguidor da sociologia de Émile Durkheim,[8] a origem de professores franceses para atuarem no ensino.

Portanto, podemos dizer que duas frentes de estudos sobre o rural, bastante diferenciadas em seus propósitos, se consolidam no mesmo período. Enquanto a perspectiva da sociologia rural norte-americana "concebida

---

[5] Fato atestado pela Universidade de Chicago, criada no século XIX, em 1892, e que, nos anos 1920 e 1930, atingia seu auge conciliando a discussão teórica com a pesquisa empírica, visando dar conta, especialmente, das transformações intensas no ambiente urbano da cidade de Chicago (Eufrásio, 1999). Na USP, tal escola teria recepção significativa nos estudos realizados por Florestan Fernandes, a quem Candido dedica admiração incontestável pelos laços construídos e pelo teor de sua obra.

[6] Única exceção citada por Peixoto (2001) é Métraux, suíço que adquire nacionalidade norte-americana e vai para a Unesco, em Paris, e de lá para o Brasil com suporte institucional externo.

[7] Já, na Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP), atual Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP), menos composta por professores oriundos de missões, foi, especialmente, a vinda de Donald Pierson, cuja frequência ao Brasil data de expedições à Bahia para coleta de dados para sua tese, nos anos 1935 a 1937, anterior, portanto, à sua vinda como pesquisador e professor, em 1939. Pierson, adepto da teoria da Escola de Chicago e seus estudos de comunidade, onde fez seu mestrado e doutorado, além de ser o exemplo notório de maior permanência, é quem teria sido, segundo Peixoto (2001, p. 526), um "produtor de eventos", mais do que de conhecimentos, tendo em vista seu papel central não apenas na formação de pesquisadores, mas na edição da primeira revista da área, intitulada Sociologia, da organização da "Biblioteca de Ciências Sociais" e viabilização de projetos com financiamentos. Nesse período, todavia, o que os unia era o interesse pela Bahia como "laboratório natural para estudo da sociedade humana".

[8] Ainda que auxilie na vinda de pesquisadores que se opunham a essa corrente, caso do próprio Lévi-Strauss. (Peixoto, 2001).

como uma disciplina que se destina a acelerar a integração do mundo rural ao urbano" (Queiroz, 1969, p. 8), dava ênfase, com elevados investimentos financeiros, à extensão rural para difusão de novas técnicas e novos valores para as populações rurais, a versão francesa, ao contrário, estava mais preocupada em "desvendar que rumos reais seguem os processos em curso" (p. 8). Esta preocupação de compreensão da realidade rural tal como ela se apresentava, e não como poderíamos desejar conforme nossa posição ideológica, foi realizada de maneira pioneira por Antônio Candido sobre as transformações da cultura tradicional do caipira no interior de São Paulo e, anos mais tarde, por Afrânio Garcia Jr. com os agricultores familiares libertos no Brejo da Paraíba. Influências e autores cuja obra selecionada passaremos a descrever a partir de agora.

Um texto em seu contexto: as Ciências Sociais na Universidade de São Paulo e o lugar de Candido

Em São Paulo, em 1933, foi inaugurada a Escola Livre de Sociologia Política[9] e, no ano seguinte, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (USP), onde Antônio Candido ingressaria cinco anos depois. Foi lá que iniciou, mesmo a contragosto dos ensejos de seu pai, sua graduação em Ciências Sociais, no ano de 1939. Candido é parte, portanto, de momento de construção da sociologia como área de formação profissional no Brasil, quando as primeiras instituições de ensino de ciências sociais foram criadas. Para se ter uma dimensão, a Faculdade de Candido emitiu 150 diplomas em ciências sociais entre 1936 e 1955 (Miceli, 1987), entre eles, o de Candido, em 1942.[10]

Apesar de a maioria das profissões intelectuais requererem formação acadêmica, no caso brasileiro, a sociologia foi primeiro ensinada na educação secundarista e nas escolas normais e, só depois, se estabeleceu como curso superior, ainda vinculado à Faculdade de Direito, a qual "constituía nesse período o grande celeiro de pessoal político e institucional, de onde saíram

[9] "Uma das figuras que ajudou a romper com a tradição passada foi Donald Pierson que, da Escola Livre de Sociologia e Política, formava as novas gerações e organizou o primeiro mestrado no país" (Oliveira, 1998).

[10] Todavia, Candido não se encaixa no perfil dominante dos ingressantes nas ciências sociais da época descritos por Miceli (1987), como mulheres, judeus que, provavelmente, "não teriam tido outra possibilidade de acesso ao ensino não fora a abertura dessa nova carreira".

importantes lideranças políticas e profissionais de renome, como também escritores literários" (Miceli, 1987, p. 9). Tal processo de institucionalização no eixo Rio de Janeiro-São Paulo estava fortemente relacionado com as demandas políticas em suas vertentes pública e privada. De acordo com Miceli (1987), a feição assumida era regida por interlocutores reconhecidos no novo campo de saber e do poder intelectual.

Importante dizer que, embora tenha escrito uma das obras mais importantes da sociologia rural no Brasil, Antônio Cândido consolidou sua carreira na área da literatura. Nascido em 1918 no Rio de Janeiro, viveu em diferentes cidades mineiras até fixar-se em São Paulo a partir de 1930. Lá, um pouco antes do ingresso na universidade, no ano de 1936, cursa o ensino médio no Colégio Universitário, vinculado à USP, onde estudavam pessoas das classes sociais mais abastadas e no qual tem acesso a algumas obras de sociologia de diversos autores, desde Fernando Azevedo a Émile Durkheim.[11] Momento de intensa movimentação cultural na cidade, encabeçada por Mário de Andrade, preocupado com a difusão da cultura em nível popular, por meio do Departamento de Cultura.[12] Isso possibilitou que, além das aulas, o jovem estudante já assistisse cursos extraclasse ofertados por franceses da universidade (Pontes, 2001).[13] Concomitantemente, fez Direito, na Faculdade de Direito, atendendo a pedido do pai,[14] quem desejava que, assim como ele próprio, o avô materno e vários tios e tios-avôs dos dois lados, Candido se tornasse médico. Mantém-se também no curso de direito devido "ao receio do destino profissional dos formados na nova Faculdade" (Pontes, 2001,

[11] Naquele momento, os contatos com obras das ciências sociais se iniciam. Conforme declara, lá leu, dentre outros: *Princípios de sociologia*, de Fernando de Azevedo, *Éléments de sociologie*, de Bouglé e Raffault, *As regras do método sociológico*, de Durkheim, *Introduction à la Sociologie*, de Armand Cuvillier (Pontes, 2001, p. 12)

[12] Segundo Candido (p. 20), Mário de Andrade era próximo de "Lévi-Strauss e sobretudo sua mulher, Dina. Juntos fundaram e animaram a Sociedade de Etnografia e Folclore, importante centro de pesquisas, que publicava resultados na Revista do Arquivo Municipal, dirigida, se não me engano, por Sérgio Milliet no quadro do Departamento".

[13] Tais falas de Antônio Candido foram pronunciadas em 19 de agosto de 1987 numa entrevista realizada por Heloísa Pontes, revisada pelo autor em 2001, quando, finalmente, foi publicada.

[14] Suas leituras são realizadas ainda muito jovem através de estímulo do pai, médico na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, que trazia para casa livros recém-lançados, como os da Brasiliana, cuja "capa vistosa" chamava a atenção do jovem Candido. Com pouco menos de 14 anos diz ter começado seu "processo de iniciação ao Brasil" através da obra de Saint-Hilaire, *A segunda viagem ao Rio de Janeiro e à província de Minas Gerais* que, posteriormente, servirá para diálogo crítico com sua tese de doutorado.

p. 13),[15] ainda que, desde os tempos do ginásio, sua aproximação com a literatura fosse constante. Em 1941, aluno do 3º ano de Ciências Sociais, funda, junto com amigos, a *Revista Clima*, atividade paralela a qual atribui seu início de carreira inesperada como crítico literário, ficando, desde início, responsável pela seção de livros, atividade pela qual seria reconhecido e consagrado até sua morte em 2017.

O autor foi pioneiro nos estudos sobre o meio rural em formato científico instituído pelos cursos universitários. Não que anteriormente não houvesse aqueles que se debruçavam na árdua tarefa de decifrar as complexidades de um país colonizado como o Brasil. Como esclarece o próprio Candido (1959/2006, p. 271),[16] os estudos sobre o rural no Brasil existem desde as últimas décadas do século XIX, todavia eram produzidos "por intelectuais não especializados, interessados principalmente em formular princípios teóricos ou interpretar de modo global a sociedade brasileira", como os trabalhos de Euclides da Cunha, Alberto Torres, Oliveira Viana, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Junior, academicamente indefinidos entre Sociologia e História, cujas obras foram publicadas entre os anos de 1880-1930. De todo modo, a importância desses autores na vida intelectual de Candido foi intensa. Ele mesmo, como parte próxima dessa cultura tradicional caipira que se estendia em toda uma área chamada Paulistânia – a qual englobava também os, então, estados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso – afirma ter obtido a consciência da mestiçagem como algo próximo de si e dos seus, após a leitura de *Casa Grande e Senzala* de Gilberto Freyre, quando percebe que "nós que éramos de famílias antigas, formadas num tempo em que eram intensas as relações sexuais entre *senhores* e escravas. Começamos a sentir que nalgum lugar da nossa ascendência, mais longe ou mais perto, poderia estar um antepassado negro" (Pontes, 2001, p. 7).

Foi após a efetivação do curso de ciências sociais na USP que ocorreu a passagem do "ponto de vista sociológico" para uma "ciência da sociologia". Nesse processo, foi fundamental a participação dos professores estrangeiros,

---

[15] Interessante notarmos que, ao mesmo tempo, havia aqueles que embora cursassem direito, viam no novo curso de licenciatura em ciência sociais a possibilidade de complementação de recursos através da docência no ensino médio, visto que São Paulo concentrava quase um terço das escolas secundária (Miceli, 1987).

[16] Texto escrito no ano de 1956 para *Enciclopédia Delta-Larousse* republicado sem alterações em 2006.

responsáveis pela difusão de teorias e métodos de pesquisa e, especialmente, de um novo "espírito", mais científico e profissional, e menos literário.[17] "Nas décadas de 1940 e 1950, o ensino e a pesquisa, marcados pela nova orientação trazida pelos professores estrangeiros, consolidam a sociologia como disciplina científica diferenciada" (Jackson, 2001, p. 136), da qual Candido foi um dos pioneiros de estudos acadêmicos do que se denominava, à época, de sociedades rústicas. Rústico não sendo, naquele momento, sinônimo de rural enquanto localização específica, mas sim exprimindo modalidades éticas e culturais dos contatos entre portugueses (brancos) com as outras etnias, ou seja, como uma cultura tradicional dos meios rurais. Segundo Candido, o conceito não incluía grandes proprietários de terras, sendo um representante do típico do camponês "livre, proprietário ou não, branco ou mestiço, às vezes, negro, fruto de longas aculturações e misturas"[18] (Candido, 1955, p. 322). População da zona rural que, até os anos 1930, aos olhos do próprio autor (Candido, 1955), permanecia presente apenas em estereótipos ambivalentes do caboclo na literatura de escritores regionalistas ou como um problema social em busca de solução num contexto que os tornava cada vez mais exóticos e estrangeiros perante o processo intenso de urbanização vivido.

Antonio Candido, antes de escrever sua tese de doutorado, já era escritor na Folha da Manhã e já publicara o livro *Brigada ligeira*, em 1945. Aos 26 anos, apenas graduado, fora aprovado em concurso para cadeira de literatura brasileira, fato que lhe concedeu o título de doutor em Letras, mesmo que não tenha sido convocado para assumir o cargo. Seu ingresso no quadro docente da USP no ano de 1942 foi na posição de assistente da cadeira de sociologia II de Fernando de Azevedo,[19] um dos fundadores da USP, no lugar da vaga recém liberada pela saída de Emílio Willems, editor e diretor do

---

[17] Interessante destacar que as discussões políticas da época, momento de uma ditadura de arrocho no país, não aconteciam na Faculdade de Filosofia, onde o corpo docente era formado majoritariamente por estrangeiros, e a norma era que estrangeiro não se manifestava sobre assuntos políticos locais. Ainda que os professores italianos fossem, na maioria, fascistas, mantinham reserva total. "Os franceses se dividiam, mas nós apenas indiretamente ficávamos sabendo qual era a posição ideológica deles" (Pontes, 2001, p. 21).

[18] Tradução livre da autora.

[19] Azevedo foi o primeiro docente na cátedra de sociologia da USP e fundador da Sociedade Brasileira de Sociologia no ano de 1937, na época como Sociedade Paulista de Sociologia, tornando-se nacional apenas em 1950.

primeiro periódico especializado em ciências sociais no Brasil, a Revista Sociologia, que assume a disciplina recém-criada de Antropologia.

A vaga de assistente de Azevedo, segundo relata o próprio Candido, fez dele, naquele momento, um sociólogo sem vontade de ser sociólogo, de maneira similar à qual se tornou crítico literário. A perda do pai ainda jovem[20] e a necessidade urgente por recursos financeiros como primogênito, fez com que tomasse a iniciativa de, recém-formado, questionar Fernando de Azevedo sobre uma vaga para professor de Filosofia no Colégio Universitário que seria dada a pessoa sem licenciatura (discussão em pauta naquele momento), atitude que resultou no convite para vaga de assistente no lugar de Willems (Pontes, 2001, p. 24).

Willems, alemão radicado no Brasil, autor de um dos estudos sobre comunidades brasileiras (Willems, 1947), foi influência central nos contatos de Candido com a antropologia. Em entrevista concedia à Pontes (2001),[21] Candido afirma ter assistido suas aulas, em 1942 e 1943, enquanto fazia seu doutorado, sendo bastante influenciado pela bibliografia lida, citando nomes como Redfield, Melville Herskovits, Irving Hallowell, Raymond Firth, Malinowski, Evans Pritchard, Radcliffe-Brown,[22] que marcaram a influência do funcionalismo e do conceito de estrutura, depois transportado da Antropologia para a crítica literária. Todavia, Candido não deixava de ter críticas ao colega alemão e, conforme Jackson (2001, p. 136-137), "a diferença mais importante [...] é que Antônio Candido recorre à história para compreender o grupo estudado", influenciado pelos ensaios histórico-sociológicos da década de 1930.

As vagas de assistentes tinham, entre suas diretrizes, a defesa de uma tese. Todavia, como já havia sido aprovado ao título em Letras, não fosse sua vontade de não aceitar "atalhos acadêmicos" autorizados pela própria congregação, *Os parceiros do Rio Bonito* sequer existiria. Foi Candido quem decidiu se submeter às regras impostas a todos os assistentes, de defesa de uma tese no prazo previsto, pois, conforme relembra, entendeu que "estava moralmente obrigado a dar prova de competência na matéria que ensinava"

---

[20] Seu pai falece com 56 anos, em 1942.

[21] Entrevista somente publicada em 2001, mas concedida em 19 de agosto de 1987 no Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo – Idesp.

[22] Radcliffe-Brown, naquela época, ainda não tinha publicado nada além do clássico *The Andaman Islanders*.

(Pontes, 2001, p. 26).[23] Tal experiência na sociologia, ainda que tenha sido passageira, é vista como uma espécie de "coluna vertebral" de sua visão do mundo, oriunda deste pertencimento a um momento histórico singular de convívio com pessoas de diferentes vertentes acadêmicas, num momento em que, segundo ele mesmo, podia "ver a constituição da Sociologia e da Antropologia como disciplinas que requerem especialização a sério" (p. 28).

Seu orientador de doutorado foi Roger Bastide, sociólogo francês que permaneceu na USP de 1939 a 1954, na época, docente da cadeira I de Sociologia, mais tarde ocupada por Florestan Fernandes. Candido, naquele momento na vaga que havia sido de Willems,[24] já havia sido aluno de Bastide na graduação, em 1940, na disciplina de Sociologia Estética. Em sua tese, que foi acusada de não ser "pura sociologia",[25] atribui ao orientador o aval para o estilo ousado à época e, quiçá, para alguns mais conservadores(as), ainda hoje, para o fato de não apenas nutrir-se de áreas diferentes, em especial da sociologia, da antropologia e da história, mas de selecionar de maneira consciente diferentes teóricos conforme capacidade analítica para interpretação da cultura caipira. Nas palavras de Candido sobre Bastide,

> Ele não tinha preconceitos teóricos e metodológicos. Durante a lenta elaboração da minha tese de doutorado eu tinha muitas dúvidas, devido ao meu viés literário. Então perguntava a Bastide se aquilo era mesmo sociologia, só sociologia, porque naquele tempo havia uma espécie de obsessão com a especificidade, com a pureza inconfundível da disciplina, herança de Durkheim, que precisou proclamar a validade incontaminada da nova ciência. Bastide, que fora aluno do mais aberto Gaston Richard, em Bordeaux, dizia que **era lícito misturar sociologia, história, antropologia**, embora fosse cioso do predomínio que a sociologia devia ter nos trabalhos que pertenciam ao seu âmbito. Por isso, quando eu lhe manifestava as minhas dúvidas, ele dizia: "O

[23] Cabe destacar que, enquanto escrevia *Os parceiros*, concomitantemente escrevia *Formação da literatura brasileira*, ambos iniciados em 1946 e o primeiro concluído dois anos antes, em 1954.

[24] Mas, desde aquele momento, Candido declara já saber que preferia seguir pela literatura, dizendo inclusive que "nunca se considerou sociólogo, mas apenas docente de sociologia, o que é outra coisa" (Pontes, 2001, p. 27). Em 1956, se afasta do cargo para um ano sabático em licença-prêmio e, após ofertar um último curso na USP sobre Organização social, em 1958 passa a ensinar literatura brasileira numa das três novas Faculdades que estavam sendo implantadas pelo governo do estado de São Paulo, que se tornaria mais tarde o *campus* de Assis da UNESP (p.28).

[25] Além disso, estava em curso uma movimentação em prol da sistematização das três áreas: Sociologia, Antropologia e Política. devido à influência trazida pela passagem de Georges Gurvitch na USP, em 1947, quando foi criado o Departamento de Ciências Sociais, nos moldes norte-americanos (Peixoto, 2001).

> importante não é que a tese seja ou não sociológica, mas que seja boa". Apesar disso, quando defendi a tese, enquanto todos os examinadores me deram dez, ele deu nove, ou nove e meio, não lembro, alegando que era mais antropológica do que sociológica... Um espírito muito curioso (Pontes, 2001, p.14).

Valendo-se livremente de "certas orientações do antropólogo a outras mais próprias do sociólogo" (Candido, 2010, p. 21), numa participação na Rádio USP em 1990,[26] afirmou que a presença dos docentes franceses no Brasil foi fundamental para transmissão de um "espírito" de como deveria ser a universidade, concepção do que é um curso, uma aula preparada com moderna bibliografia e a escolha dos campos de pesquisa. Chegou a dizer que devemos a alguns a própria descoberta do Brasil pelos estudantes brasileiros, os quais, segundo ele "eram tão ignorantes sobre a cultura brasileira que, às vezes, conheciam melhor as coisas da França ou da Europa do que do Brasil".[27] Teriam sido os pesquisadores e docentes franceses os responsáveis pelo despertar, nos estudantes brasileiros, do interesse pelo caboclo, pelo negro, o crescimento das cidades, a situação do pobre em São Paulo, pelas formas de ocupação de terras nos empreendimentos agrícolas etc. A passagem e as leituras das obras de franceses, inclusive de alguns que por aqui passaram para além de seu orientador de tese, como, por exemplo, os estudos pioneiros sobre fazendeiros em São Paulo e a marcha da agricultura no estado São Paulo do geógrafo Pierre Monbeig (1952) foram, para Candido, um importante exemplo de como construir um livro com base numa pesquisa concreta. Obra cuja riqueza analítica passarei a descrever, ainda que sem nenhuma intenção de esgotar seu conteúdo, o qual, defendo, deve ser lido e relido na íntegra pelos(as) leitores(as).

---

[26] Série especial da Rádio USP (93,7 MHz), intitulada *Esta é a Universidade de São Paulo – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras*, coordenada pelos jornalistas Melchiades Cunha Jr. e Marcello Bittencourt. https://jornal.usp.br/cultura/a-vida-a-obra-e-o-legado-de-antonio-candido/#:~:text=A%20forma%C3%A7%C3%A3o%20da%20USP%2C%20por%20Antonio%20Candido&text=%E2%80%9CQuem%20teve%20a%20ideia%20da,Filho%E2%80%9D%2C%20afirma%20o%20professor

[27] Bastide chegou a se surpreender e afirmar que "sem ser grã-finos, nossos alunos tinham um conhecimento suficiente do francês" (Arbousse-Bastide, 1978 *apud* Peixoto, 2001, p. 484). Impressão também compartilhada pelo integrante da missão francesa para a cátedra de sociologia, Claude Lévi-Strauss, que reforça o ingresso de pessoas da elite no curso da USP, no qual também atuou de maneira intensa: "naquela época, um francês poderia se sentir em casa no Brasil. Todo brasileiro, um pouco cultivado, falava francês" (Lévi-Strauss, 1983 *apud* Peixoto, 2001, p. 484).

O estudo pioneiro de Candido: os aforantes e as transformações da cultura caipira

Utilizando conceitos diversos e complementando metodologias qualitativas e quantitativas, *Os parceiros do Rio Bonito* foi escrito entre os anos de 1948 e 1954. Ao invés de se dirigir, como muitos o fizeram, para as questões da adaptação de populações rurais ao ambiente urbano em abrupta expansão, o faz através do estudo das transformações da cultura tradicional caipira do interior do Estado de São Paulo, em apurada pesquisa de campo junto à fazenda Bela Aliança no município de Bofete. Rio Bonito era o nome anterior do local, resultante de um pequeno povoamento chamado Samambaia, formado em torno de uma capela, com os "tipos de vida" sitiante e parceiro rural, por vezes, a mesma pessoa. A antiga fazenda de café do município, que entrou em crise em 1902, foi vendida em 1918 e, dez anos depois, passou para as mãos de um credor que a deixou sem qualquer atividade até 1948, quando foi assumida por um dos filhos, o historiador do Departamento de História da USP, Edgard Carone. Este morou na fazenda de 1948-1960 e foi quem viabilizou a estadia de Antonio Candido na região (Jackson, 2001).

Candido demonstra que a situação peculiar encontrada no final dos anos 1940, em Bofete, decorrente de uma série de fatores que ocorreram no âmbito da crise cafeeira e da quebra e abandono das propriedades de Bofete, onde se via um movimento geral de involução agrícola, tornaram a situação propícia para a compreensão das redefinições da cultura caipira, agora sob a órbita das fazendas largadas a esmo. Num curto período de meio século, transformações econômicas, técnicas e culturais tornaram o local um campo excepcional para pesquisar as mudanças. Conheceu o trabalho escravo, o colonato de pretos livres e de imigrantes portugueses e, a partir de 1918, deixou propriamente de ser fazenda, ou seja, "propriedade administrada em que o proprietário explora este ou aquele ramo de atividade agrícola ou pecuária, para se tornar um conjunto de glebas dadas em parceria, sob a vigilância distante. Pretos e portugueses deixam o cenário, preenchido pelos aforantes caipiras" (Candido, 2010, p. 146). Foi por este motivo que Candido afirmou que "sobre as ruínas do latifúndio produtivo, na ausência de liderança econômica, a cultura tradicional se refez como cicatriz, restabelecendo-se o ritmo interrompido da vida caipira. A fazenda se tornou um quase-bairro no sentido social da palavra" (p.146).

Ele próprio era parte desse universo da cultura caipira que formava todo "um lençol de cultura" em seguida ao fim do ciclo bandeirante nas então capitanias de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, na chamada Paulistânia – vilas e fazendas surgiam, configurando a estratificação social, primeiro com a lavoura canavieira, depois com a pecuária bovina e em seguida o café, todas, portanto, ligadas ao mercado. Dentre as justificativas sociológicas para a escolha do locus da pesquisa – condição fundamental para formulação de pesquisas de alto padrão – além do fato de os agrupamentos rústicos[28] constituírem a maior parte da população nacional na década de 1950, seriam as intensas transformações vivenciadas em curto período no local que o tornavam um laboratório interessante para interpretação das mudanças em curso na vida tradicional caipira.

A obra, marcante por sua qualidade literária e científica, não apenas estava em sintonia com as questões de seu tempo, mas também foi pioneira nos estudos sistemáticos de ciências sociais voltados para sociedades camponesas (Jackson, 2001). A ideia inicial da tese voltava-se mais à experiência literária do jovem Candido, que pretendia analisar as relações entre literatura e sociedade através das transformações da poesia popular da cultura caipira intitulada Cururu, a qual, apesar de manter alguns padrões no tempo, mostrava transformações em sua estrutura. Com o caminhar da pesquisa, decidiu reorientar a questão central das transformações da cultura caipira, que se esboçou desde o início da colonização brasileira, mas se consolidou no século XVIII com o fim do processo de bandeirização no estado de São Paulo. Segundo Candido (2010, p.110), tomando como ponto central o "problema elementar da sobrevivência" e pendendo para o que denominou de uma "sociologia dos meios de vida".[29]

---

[28] Candido se autoclassifica dentre autores(as) desses decênios na USP, que se dedicavam aos estudos dos chamados, à época, agrupamentos rústicos, entendidos como aqueles que foram "constituídos por indivíduos de origem portuguesa, negra ou indígena, *puros* ou em grau variado de mestiçagem, ocupando-se de agricultura rudimentar e vivendo tradicionalmente em áreas rurais com maior ou menor aproximação social e cultural dos centros urbanos" "(Candido, 2006, p. 298), os quais constituíam a maior parte da população nacional na década de 1950. Tais agrupamentos rústicos eram *objeto* de numerosos estudos, por parte de americanos e brasileiros, sobretudo com recurso às monografias de comunidade, iniciadas aqui, como vimos, por Willems e Pierson. Mas, no entanto, como rememora Candido (2006), eram relativamente recentes e muitas ainda não publicadas naquele período.

[29] No que se refere às questões alimentares analisadas, penso que o autor possa ser considerado um pioneiro nas Ciências Sociais brasileira do que hoje se denomina sociologia ou antropologia da alimentação.

A tese demonstra que "há resistência variável da cultura caipira segundo as formas de ocupação da terra, regime de trabalho e situação legal" (Candido, 2010, p.117). Valendo-se de dados quantitativos sobre área plantada com café e dados populacionais dos municípios circunvizinhos a Bofete,[30] além da distribuição conforme área rural e urbana e suburbana, o autor demonstra como, objetivamente, o café esteve relacionado aos surtos demográficos da prosperidade cafeeira em São Paulo – aumento até 1920, seguido de decréscimo após a crise naquele ano, tendo os polos que se urbanizavam mais com comércio e indústria atraído milhares de trabalhadores e sitiantes. Bofete, embora tendo atraído relativamente grande número de estrangeiros, não teria seu isolamento ameaçado pelo declínio do café, e nesse sentido, segundo o autor, não se incorporaria, naquele momento, ao ritmo da vida moderna. Pelo contrário, teria ocorrido no local certo acaipiramento dos imigrantes de Bofete (p. 130), deixando o local marcado por certa estabilização da pobreza, mesmo entre fazendeiros e sitiantes, numa população voltada de um modo ou de outro, à agricultura.

Nesse cenário, a *figura do parceiro* surge como forma de utilização de terras despidas de iniciativas de produção em grande escala. Candido define que "essencialmente, a parceria é uma sociedade, pela qual alguém fornece terra, ficando com direito sobre parte dos produtos obtidos pelo outro" (Candido, 2010, p. 136). Na região são chamados de *aforantes*, havendo distintas modalidades entre proprietário e parceiro que envolvem proporções diferenciadas da devolução em produto e das tarefas que cabem a cada uma das partes envolvidas. Uma exceção de parceria, não considerada como aforante na região, eram os chamados meeiros, tipo de parceria caracterizado pelo recebimento da terra roçada, queimada, arada e doação das sementes, cabendo ao parceiro, o plantio, a limpa, colheita e devolução de metade do produzido.

A opção de Candido pela categoria social denominada *parceiros* para sua análise deveu-se ao fato de que tal categoria, ao mesmo tempo que representava o "aspecto menos estabilizado e íntegro na vida social e econômica do homem do campo" (Candido, 2010, p. 118), ainda se prendia à

[30] Os municípios observados por Candido foram: Bofete, Botucatu, Itapetininga, Tatuí, Pirambóia, Conchas, Guaré, Angatuba, Porangaba e Pereiras. Interessante notarmos que onde os plantios cafeeiros não foram acompanhados de crescimento comercial e industrial, como foi o caso da sede da região, a cidade de São Manuel quando comparada a Botucatu, o declínio populacional ocorreu de maneira mais significativa.

cultura tradicional, característica que permitia, portanto, a análise sociológica da ação exercida pelas novas condições de vida sobre aquela cultura. As estruturas tradicionais que a caracterizavam envolviam isolamento, posse de terras, trabalho doméstico, auxílio vicinal, disponibilidade de terras e margem de lazer (p. 108), mas foram transformadas na nova condição de *parceiros*, quando passaram a ter um padrão de vida semelhante ao dos sitiantes com mais "dignidade social do que o salariado", mas que seria "de certa forma um proletário rural, pela limitação da autonomia, a mobilidade espacial e a atrofia da vida cultural, já que a cultura caipira é em grande parte uma *cultura de bairro*" (p. 118, destaque da autora).

A noção de bairro é central para a análise de Candido que rejeita explicações economicistas. Por bairro o autor se refere a um "agrupamento territorial, mais ou menos denso, cujos limites são traçados pela participação dos moradores em trabalhos de ajuda mútua" (Candido, 2010, p. 87). Tal obrigação bilateral de ajudar e ser ajudado em algumas atividades ao nível do bairro, integra a sociabilidade da cultura caipira e caracteriza-se, principalmente, pelo *mutirão*. O que explica sociologicamente sua existência não é, portanto, apenas a proximidade geográfica, mas sim, o sentimento de localidade entre os moradores e a cooperação entre as famílias. É nesse sentido que a autossuficiência da família caipira só pode ser entendida dentro dessa sociabilidade vicinal que permitia a autossuficiência do bairro. O isolamento cultural era favorecido, portanto, por certa homogeneidade expressa nas mesmas práticas materiais e simbólicas: festas, organização da família, literatura oral, procedimentos agrícolas e equipamentos utilizados.

Era na presença de terras disponíveis antes das transformações dos anos 1940, e na precariedade dos títulos das terras, e não em certa característica étnica oriunda da mestiçagem com indígenas, que Candido interpreta a tendência à mobilidade do caipira, que permitia o reajustamento de sua cultura quando necessário, como em caso de herança ou expulsão. Nesse sentido definirá o caipira típico como aquele "que formou essa vasta camada inferior dos cultivadores fechados em sua vida cultural, embora muitas vezes à mercê dos bruscos deslocamentos devidos à posse irregular da terra, e dependendo do bel-prazer dos latifundiários para prosseguir sua faina" (Candido, 2010, p. 106). Ajustado de maneira mínima, vital e socialmente, o caipira, assim como seu antepassado índio, recusava o assalariamento e o patrão e as formas de mentalidade e de trabalho exigidas pelos latifúndios

de cana e de café. Por isso, segundo o autor, eram os escravos e os colonos europeus chamados a ocuparem os papéis que eles não podiam ou não queriam encarnar.

No momento das primeiras expedições a campo, Candido diz que a população era formada pelos seguintes tipos humanos: fazendeiro, sitiante, parceiro, colono, salariado; artesão, comerciante e funcionário. O arrendamento, forma de parceria que envolve o pagamento em dinheiro pela terra utilizada, era recusado pelos aforantes. Tal formato de parceria são mais comuns em região dominada por empresários de lavouras maiores, como o algodão. Segundo Cândido, reproduzindo a racionalidade dos caipiras para justificar a recusa do arrendamento e a opção pelo aforamento: "no aforamento há riscos e proventos equivalentes para ambas as partes; se o ano corre mal, a porcentagem acompanha, e vice-versa. Mas no arrendamento, em ano bom ou ano mau o aluguel, previamente estipulado, não varia, e pode arrastar à ruína o pequeno lavrador" (Candido, 2010, p. 137). Por este motivo, a categoria *parceiro* analisada costumava utilizar a meação (nesse caso, o parceiro não é denominado aforante, mas meeiro) e a sociedade de 20% em Bofete, compondo parte do universo dos aforantes, categoria que não possui terra própria, sendo que sitiantes, caracterizados pela propriedade da terra, podem também *aforar* terras, ou seja, uma categoria nem sempre exclui a outra.

No final dos anos 1940, a massa eram os pequenos proprietários e parceiros, nivelados pelo tipo de atividade, recursos e gênero de vida. Uma característica importante que diferenciava a região é a menor distância entre fazendeiros e pequenos proprietários e parceiros, não se configurando "de modo algum o tipo senhorial, extinto com a passagem do café" (Candido, 2010, p.139), que não foi capaz de estruturar aquela sociedade hierarquizada como em outras regiões, como será o caso do nordeste que analisaremos em seguida. Em Bofete, tinha-se uma pirâmide social bastante achatada, na qual se misturavam de modo homogêneo caboclos e imigrantes. A depender do bairro observado, descreve, além dos portugueses pioneiros, a chegarem à região ainda no século XIX, imigrantes alemães, italianos, japoneses, espanhóis e sírio-libaneses ou mesmo zona apenas de caboclos que dão vez a caipiras brancos, geralmente loiros e "mameluco diluído. [...] Mulatos poucos. Negros, pouquíssimos", o que demonstra, segundo Candido (2010, p. 143), que "a antiga população escrava emigrou, se é que chegou

a construir núcleo ponderável" no local. Todavia, a região onde efetuou a pesquisa nas fazendas do Morro de Bofete e nessa no Morro Grande era onde se concentrava a maioria dos pretos.

Em 1954, momento da segunda permanência de Candido na região visando completar lacunas e testar hipóteses surgidas durante a redação da tese, uma nova alta no preço do café estimulou o regime de colonato nas fazendas, alterando significativamente o cenário, dando vida à categoria denominada de *formadores*, "categoria mista entre o colono e o parceiro, uma vez que sua obrigação consiste em plantar e tratar da planta até 3 ou 4 anos, em terra do proprietário, na qual é livre de efetuar, para si, as plantações intercaladas" (Candido, 2010, p. 138). Era momento também da expansão pecuária, em que trabalhavam os *camaradas*, pagos mensalmente, recebiam casa e outras regalias, como pedaço de terra para plantios de consumo próprio.

Entre 1948 e 1954, detecta, por exemplo, o fim do regime da autossuficiência econômica, pois muitos produtos passam a ser adquiridos fora do âmbito do grupo, mesmo alguns inclusos no cardápio semanal anteriormente adquiridos e manipulados em casa, como banha, café, carne, peixe. Naquele segundo momento, já não se fabricava mais açúcar, nem se limpava arroz em casa. Mudanças que foram interpretadas como "um acentuado incremento de dependência, que destrói a autonomia do grupo de vizinhança, incorporando-o ao sistema comercial das cidades" (Candido, 2010, p.178). Passam a depender do dinheiro para adquirir novas necessidades e "estabelece-se, desse modo, uma balança onde avultam receita e despesa, elementos que inexistiam na sua vida passada. Por outras palavras, surgem relações compatíveis com a economia moderna, que vai incorporando à sua esfera" (p.207). Tal situação nova se contrapõe com a dimensão do tempo da cultura caipira, a qual estava relacionada com o ritmo do trabalho, diferente do tempo do colono ou do assalariado, que se baseia em recebimentos mensais do dinheiro. Para o aforante, "as contas se fecham ao cabo do ano agrícola, e para quem os trinta dias nada significam. O ritmo da vida é determinado pelo dia, que delimita a alternativa de esforço e repouso; pela semana, medida pela 'revolução da lua', [...] pelo ano, que contém a evolução das sementes e das plantas" (p. 156). Ainda que a semana tenha papel decisivo para o lazer e recreação do caipira, é o ano agrícola "a grande e decisiva unidade de tempo, que define a orientação da vida do caipira, ao definir as suas possiblidades e empecilhos econômicos, e ao

marcar a direção do ano seguinte" (p. 157). Despesas e receitas que se tornam desproporcionais para suprir as novas necessidades. Para além da exigência de pagarem pelo foro pelas terras, devido aos desgastes no solo decorrentes da monocultura anterior, necessitavam de maior esforço no trato, para o qual a técnica rudimentar do caipira, muitas vezes, não estava apta para resolver.

Importante destacar que o trabalho de Candido não deve ser lido como uma visão determinista de um destino ao qual todos estavam fadados. Ao contrário, o autor recusava visões deste tipo sobre as transformações decorrentes do avanço do latifúndio produtivo comercial, deixando transparecer que seu estudo mostra uma das várias respostas possíveis para o que aconteceu em Bofete. Nos anos 1950, além de uma pluralidade de ajustamentos que dependem de novas esferas de relações, através de três atores sociais com os quais construiu uma relação durante a pesquisa – Nhô Quim, Nhô Bicudo e os irmãos Gázio –, o autor visualizou três das possibilidades de intensas transformações da cultura caipira no meio rural: o caipira que renunciava totalmente ao estilo tradicional, o caipira que renunciou a um mínimo de autonomia se assalariando ou, por fim, o caipira que tentando garantir seus traços culturais, via-se em situação de fome e miséria.

Os estudos rurais no Nordeste e o surgimento da pós-graduação em Antropologia no Brasil

Enquanto Antonio Candido tem sua carreira e formação concomitante à implantação do curso de graduação em Ciências Sociais, na década de 1930, e da abertura de programas de pós-graduação na área da Sociologia em meados dos anos 1950 na Universidade de São Paulo, Afrânio Garcia Jr. foi parte de equipe orientada por Moacir Palmeira junto ao primeiro Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS), instituído no Museu Nacional, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

No Rio de Janeiro, foi na Faculdade Nacional de Filosofia (FNF) que, apenas em 1947, foi implantado o curso de graduação em Ciências Sociais. A FNF foi criada em 1939,[31] no lugar da extinta Universidade do Distrito Federal, inaugurada em 1936, em momento próximo da situação paulista

[31] Outras universidades também seguiam recepcionando missões francesas e instalando novos cursos, como a Universidade do Distrito Federal, então na cidade do Rio de Janeiro, em 1936. Para um panorama mais amplo ler Peixoto (2001).

analisada. Conforme Peixoto (2001), mais uma vez, como na USP, foi Dumas o intermediário da contratação de franceses para o estado; porém, no Rio de Janeiro, a contratação passava pela aprovação direta do governo de Vargas e exigia ligação à Igreja. Na Sociologia, o francês Jacques Lambert foi o pioneiro desse intercâmbio.

Penso que o caso carioca é exemplar para reforçar como, no Brasil, a separação entre as áreas, em especial no que se refere aos estudos sobre o campesinato, não fazem muito sentido. Um personagem central para compreensão da instalação do PPGAS foi Roberto Cardoso de Oliveira (1928-2006), formado em Filosofia na Universidade de São Paulo, em 1953 e doutor em sociologia pela USP sob orientação de Florestan Fernandes. Seus estudos sobre os Tükúna (Oliveira, 1964/1996) e sua carreira posterior fizeram dele um dos antropólogos mais renomados do país. Sua trajetória na USP e as influências estrangeiras naquele momento, somam-se com a situação política vivida. Seguindo o exemplo de seu orientador, Oliveira, ao assumir a frente da instalação da pós-graduação em Antropologia no Rio de Janeiro, também "via com bons olhos a proximidade da sociologia [...] ou mesmo da ciência política em vias de constituição" (Garcia Jr., 2009, p. 412) e, além disso, fazia-se urgente, naquele contexto político, construir uma frente comum diante das perseguições aos que se definiam como cientistas sociais.

Foi através de convite de Oliveira que Moacir Palmeira, ainda sem o título de doutor em Sociologia, mas com tese redigida no doutorado em Sociologia da Universidade de Paris V (Palmeira, 1971), entrou para o quadro do Museu Nacional no ano de 1969. O convite visava sua participação junto ao projeto de pesquisa dirigido por Roberto Cardoso de Oliveira, intitulado "Projeto Estudo de Desenvolvimento Regional Comparado", em parceria com David Maybury Lewis, num convênio do Museu Nacional com Harvard, à qual se vinculava, à época, o antropólogo britânico (Laraia, 2008). Palmeira assumiu a coordenação da parte da equipe que se formou para pesquisas no estado de Pernambuco, no Nordeste do Brasil. Cientista social formado pela PUC-Rio de Janeiro, em 1964, Moacir Palmeira foi personagem de fundamental importância na consolidação do PPGAS, não apenas para formação de produtores do conhecimento sobre o espaço rural brasileiro legitimados pelos pares, mas do ponto de vista financeiro, via recursos aprovados para pesquisas de campo, bolsas e salários de docentes nos anos 1970 (Garcia Jr., 2009).

A passagem de Palmeira por Paris será central para compreensão das pesquisas realizadas por ele e equipe composta por orientandos(as) naquele momento no nível de Mestrado. Apesar de não ter sido orientado[32] por Pierre Bourdieu, Palmeira irá assistir seus seminários na França, logo após o retorno do filósofo recém reconvertido para a sociologia de sua estadia na Argélia durante a guerra pela libertação (Pérez, 2022), e será um dos responsáveis pela circulação internacional das ideias do sociólogo para o ambiente acadêmico brasileiro (Rocha, 2022). Além de ser responsável pela primeira tradução brasileira de texto de Pierre Bourdieu (Rocha, 2022; Bortoluci *et al.*, 2015), inaugura a construção de trabalhos em equipe no Brasil, prática marcante no início da carreira do sociólogo francês (Garcia Jr., 2019; Sigaud, 2008). Interessado em montar um grupo para estudar a zona canavieira, segundo depoimento de Palmeira, o projeto foi "a oportunidade de pensar a *plantation* e suas transformações levando em consideração, nos termos de Bourdieu, todo o conjunto de posições e oposições sociais ali presentes" (Lopes, 2013, p. 443).

Interessante destacar que, não apenas Afrânio Garcia Jr., mas também Marie France Garcia-Parpet (Klüger & Krohn, 2019) e José Sérgio Leite Lopes (Novaes & Valeriano., 2010), eram economistas de formação, que estavam se reconvertendo à antropologia sob a orientação de Palmeira, aderindo à equipe do referido projeto (Perosa & Gheorghiu, 2018; Garcia Jr., 2009). Como bem demonstrado por Garcia Jr., foi a

> simultaneidade das condições favoráveis à criação do curso de mestrado em antropologia (com apoio da Fundação Ford, acesso a pesquisas de campo, apropriação de uma literatura internacional inovadora) e a instauração de formas duráveis de repressão das atividades intelectuais [que] desencadearam um forte investimento dos estudantes na renovação do ofício de *antropólogo* (Garcia Jr., 2009, p. 412).

Todavia, como nos alerta Garcia Jr. sobre as influências estrangeiras norte-americanas e francesas naquele momento, em especial dos capitais sociais, econômicos, intelectuais e simbólicos vindos do estrangeiro, "eles somente puderam exercer seus efeitos uma vez combinados com aqueles acumulados pelos professores-pesquisadores brasileiros". Nesse sentido, "se o PPGAS seguramente não pode ser inscrito como um filho tardio da 'missão francesa'

[32] O orientador de Moacir Palmeira, em Paris, foi o francês François Bourricaud.

dos anos 1930, ele tampouco constituiu uma réplica tropical do PhD de Harvard e menos ainda uma invenção exclusivamente autóctone" (Garcia Jr., 2009, p. 412).

Assim como Candido, Afrânio era filho de médicos, mas, conforme ele mesmo fez questão de analisar na entrevista concedida ao sociólogo romeno, Mihai Dinu Gheorghiu (2018),[33] isso não reproduzia uma significativa origem de classe mais abastada. Seu pai, primogênito, órfão de pai desde os dois ou três anos, consegue estudar através do acolhimento de padres no RJ e da concessão de bolsa quando, a mãe, viúva na pequena cidade mineira Antônio Prado de Minas, migra para Rio de Janeiro em busca do tio e não mais retorna. O pai e único irmão irão viver abrigados de favor na casa de pessoas mais abastadas, médicos e grandes empresários industriais. Essa fase na vida familiar justifica o acesso a bons liceus católicos e à possibilidade de cursar medicina, no caso do pai, e direito, caso do tio.[34] A mãe, também mineira, consegue com apoio do tio, o consentimento familiar para ir estudar medicina no Rio de Janeiro, após a decadência da família com a crise de 1929, onde conhece seu futuro marido.[35]

Nascido na cidade do Rio de Janeiro, em 1947, Afrânio Garcia Jr. faz, em 1966, sua primeira viagem para França, hospedando-se na casa da família de José Sérgio Leite Lopes, cujo pai, físico renomado, encontrava-se exilado. Amigos desde os tempos de liceu, ambos ingressarão no curso de Economia na, então, Faculdade de Direito de Nanterre, berço do movimento estudantil de maio de 1968. Retornam ao Brasil no mesmo ano e concluem a formação na universidade católica do Rio de Janeiro em dezembro de 1969. O ingresso no programa de Antropologia Social, recém-criado no Museu Nacional vinculado à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) vem, entre outros motivos, de conselho do professor do curso de economia[36] cujo proposta

[33] Entrevista traduzida para o português e publicada em 2020, na REPOCS, v.17, n.33, jan./jun. 2020 (Gheorghiu, 2020).

[34] Este último se tornaria diplomata, carreira para a qual se dirigia também Afrânio Garcia Jr., projeto brutalmente interrompido pelo suicídio do tio em 1964, meses após o Golpe militar.

[35] Na autoanálise realizada por Garcia Jr. na mesma entrevista, tal situação justifica o exercício da medicina em lugares periféricos ou menos valorizados simbólica e economicamente, realizado pelos pais e a percepção compartilhada por ambos de que o problema do Brasil era fome. O pai atuou em periferias e depois tornou-se médico em hospital público. A mãe fez carreira como pesquisadora em anatomopatologia.

[36] Professor Isaac Kerstenetzki. Segundo declarado por Garcia Jr., "um liberal, doutorando de Tinbergen, na Holanda, excelente conhecedor das estatísticas, de modelos econométricos" (Gheorghiu, 2020, p. 241).

de incluí-los na pesquisa do doutorado em fase de implantação teria sido recusada pelo reitor que os acusava de serem comunistas. Diferentemente de Candido, sem conhecimentos prévios e leituras na área de Antropologia e seguindo a dica de não se perderem "nos meandros do parentesco", são aceitos no Museu em 1970 (Gheorghiu, 2018). Apenas durante a pós-graduação na UFRJ, tiveram os primeiros contatos com a literatura clássica da Antropologia, bem como acesso aos textos do início da carreira de Pierre Bourdieu, além de ampla literatura internacional sobre campesinato, em especial, Alexander Chayanov, Karl Kautsky, Jerzy Tepicht, além dos norte-americanos, em especial Sidney Mintz e Eric Wolf, para citar os que aparecem referenciados no livro de Afrânio Garcia Jr. aqui apresentado.

A primeira vez que Afrânio Garcia Jr. esteve como pesquisador no Nordeste foi na qualidade de assistente de pesquisa de Palmeira, para recenseamento de feiras em Pernambuco, em 1971. Berço do movimento que ficou conhecido como Ligas Camponesas, Pernambuco foi palco da maior mobilização camponesa na busca por direitos, tanto trabalhistas, quanto pela terra (Stedile, 2006; Julião, 1968). A partir daquele momento, Palmeira conduziu um grupo significativo de estudantes de pós-graduação, cujas dissertações são fundamentais para a compreensão das transformações no espaço rural no Nordeste brasileiro. Através do financiamento da Fundação Ford, o qual garantiu o funcionamento do PPGAS e a execução das pesquisas, todos os esforços da equipe se dividiram entre a Zona da Mata norte e sul do estado de Pernambuco. Dentre as produções centrais vinculadas a esse primeiro grande projeto, podemos citar: *Os clandestinos e os direitos* e "A nação dos homens" de Lygia Sigaud (1979a), *Terra de Trabalho* de Afrânio Garcia Jr. (1983), *Bacurau*, de Marie France Garcia-Parpet (1977), *A morada da vida* de Beatriz Heredia (1979) e *O vapor do diabo* de José Sérgio Leite Lopes (1976).

Portanto, na década de 1970, forma-se no Museu Nacional uma equipe de pesquisadores cujo diferencial está não apenas na qualidade das obras produzidas, mas, como dito anteriormente, na maneira coletiva de produzir conhecimento. Ainda que, naquele momento, o "campo" (em oposição à cidade) não ocupasse lugar de destaque no meio acadêmico e político (Sigaud, 1992), a equipe orientada por Palmeira, fortemente engajada na premissa de colocar a teoria à prova, buscou no diálogo direto com "as pessoas de carne e osso", dar conta da realidade pernambucana da

Zona da Mata. Enquanto isso, alguns dos discípulos de Roger Bastide e de Florestan Fernandes, como Octavio Ianni e Fernando Henrique Cardoso, seguiam pesquisas sobre descendentes de escravos e suas inserções na sociedade brasileira, mas eram percebidos como produtos da "sociologia". Afinal, conforme explica Garcia Jr. (2009, p. 416), "tornar-se antropólogo, nos anos 60, era quase sinônimo de se dedicar ao estudo de um grupo particularmente desconhecido e percebido como "não integrado" à sociedade nacional: os ameríndios".

A partir do conhecimento acumulado no estado de Pernambuco, em decorrência da necessidade de novas fontes de recursos para consolidação do PPGAS e continuidade das pesquisas, dessa vez, a nível de doutorado, é construído outro projeto coletivo intitulado de projeto "Emprego e mudança socioeconômica no Nordeste" (Palmeira, 1977). Os recursos obtidos junto à Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), bem como do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) irão garantir a manutenção do PPGAS por 25 anos.[37]

Partindo da hipótese inicial de pesquisa, de que a mudança no agreste e no sertão foi tão radical quanto na zona canavieira, cada qual com sua pesquisa de tese se debruçou em aspectos diferentes sobre tais mudanças com enfoque para as alterações do formato da economia camponesa e da natureza das relações sociais dominantes. Com colaboração ativa de toda equipe, mas com especial esforço de Afrânio Garcia Jr. e José Sérgio Leite Lopes, naquele momento empregados na FINEP, ampliaram a região pesquisada para os estados de Alagoas (Heredia, 1988) e Paraíba (Garcia Jr., 1989a, 1989b; Garcia-Parpet, 1983, 1984).

Neste trabalho, será a obra produzida por Afrânio Garcia Jr. durante essa passagem doutoral na Paraíba nosso objeto de análise. A proposta mais ampla da equipe, como nos conta Garcia Jr. (Ramiro & Garcia Jr., 2016), era localizar outras plantações canavieiras com variações significativas em relação à zona da mata pernambucana a fim de perceber se as questões analisadas em Pernambuco eram recorrentes, ou não, em toda a região Nordeste.

Tal busca antropológica pelas invariantes fez com que percebessem, dentre outras coisas, que expressões como *libertos* e *sujeitos* que apareciam no estado vizinho como "coisa do passado", na Paraíba, eram ainda

[37] Sobre a história dos projetos e trajetórias dos(as) pesquisadores(as) assistir Projeto Trajetórias, disponível no site Memov, coordenado por José Sérgio Leite Lopes. Link: memov.org/site/.

categorias explicativas do presente e, deste modo, poderiam ver sua análise aprofundada através da pesquisa etnográfica. Pesquisa que resultou em sua tese de doutorado defendida em 1983, a qual, após revisão elaborada durante pós-doutorado supervisionado por Pierre Bourdieu entre os anos de 1983 e 1986, resultou com certas distinções entre os capítulos e ênfases, na versão brasileira de *O Sul: o caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social* (1989a) e na versão francesa, *Libres et Assujettis. Marché du travail et modes de domination au Nordeste* (1989b). De todo modo, cabe destacar que, não fossem as trocas constantes entre as pesquisas individuais realizadas pelo grupo de pesquisadores e pesquisadoras do Museu Nacional, provavelmente, as obras produzidas não teriam a qualidade que possuem. A pesquisa de Afrânio, por exemplo, dialoga intensamente com o que estava sendo visto pelos outros integrantes da equipe, com as quais, ele inclusive publica alguns artigos enquanto ainda faziam suas pesquisas, como foi o caso do artigo com Heredia (1971), intitulado "Trabalho familiar e campesinato".[38] Além disso, as pesquisas realizadas no Brasil alcançaram patamar internacional, com publicações em revistas estrangeiras renomadas (Garcia Jr.,1986a, 1986b, 1993a; Garcia Jr. & Garcia-Parpet, 2023; Leite Lopes & Alvim, 1993; Leite Lopes, 1991; Alvim & Leite Lopes, 1990), bem como o dossiê *Droit, politique, espace agraire au Brésil* organizado por Afrânio Garcia Jr. e publicado na Revista *Études Rurales* (1993b), do qual participam vários dos colegas da equipe do Museu Nacional, orientados por Palmeira, em pesquisas na região Nordeste.

Libertos e sujeitos: a reprodução social de um campesinato ameaçado na Paraíba

Afrânio Garcia Jr., assim como Antonio Candido, não abordará *rural* e *urbano* como espaços antagônicos. Também preocupado com as questões de sua época em decorrência do processo de urbanização e das intensas transformações na estrutura social, privilegiou analisar as situações vividas por pequenos agricultores do Nordeste. Sua tese central – a qual não passou desapercebida, sem incomodar aos que seguiam o paradigma de sua época

[38] Coautoria retomada anos depois para escrita do artigo "Campesinato, família e diversidade de explorações agrícolas no Brasil" (Garcia Jr. & Heredia, 2009).

bastante preocupado com o tema da proletarização do campesinato e a possibilidade, ou não, da criação de uma consciência de classe fadada a fazer uma revolução no auge do sistema capitalista, um *mal necessário*, conforme previsto por Marx – demonstrou que "o crescimento do mercado de trabalho industrial não foi precedido pela liquidação das formas de dominação personalizada no campo, características das áreas de *plantations*, como as regiões açucareiras e cafeicultoras" (Garcia Jr., 1989a, p. 11). Todavia, enquanto Candido optou pelo *aforante* caipira, "velho paulista rural das classes inferiores" (Candido, 2010, p. 46), homem livre que "refugou a escravidão e depois o colonato" (p. 105), como interlocutor privilegiado para sua pesquisa, Garcia Jr. teve como seus(suas) interlocutores(as) aqueles(as) que se autodenominavam *agricultores(as)*. Categoria que, naquele momento, era utilizada para identificar responsáveis por estabelecimentos pequenos e médios, proprietários ou não, como forma de mapear o espaço social.

Se, em Candido, as *plantations* cafeeiras eram como cicatrizes, em Garcia Jr. as *plantations* compunham ainda a realidade vivida no Nordeste brasileiro com as lavouras canavieiras e o funcionamento a todo vapor de usinas fortemente subsidiadas pelas políticas do Estado brasileiro em época de ditadura militar, em especial no final dos anos 1970 e início da década de 1980. O local escolhido foi uma região do estado da Paraíba, o Brejo, na qual, diferentes lavouras monocultoras (café, agave, algodão e cana de açúcar) estiveram presentes, ora uma prevalecendo, ora outra. No momento da pesquisa de campo de Garcia Jr., com estadias que ocorreram em momentos diferentes do ciclo agrícola e em anos diferenciados, em 1976, 1977 e em 1982,[39] no município onde se hospeda, Areia, estava instalada a sede da usina Santa Maria, implantada no ano de 1931 (Soffiati & Ramiro, 2024).

Enquanto outros(as) pesquisadores(as), desde os anos 1950, consolidavam o subcampo de uma sociologia e antropologia categorizada como urbana, em que o interesse pela cultura rural era, essencialmente, direcionado às interpretações de como tais populações se adaptavam ao ambiente da cidade, como foi o caso, por exemplo, da pesquisadora Eunice Durham[40]

[39] A primeira estadia ocorreu de julho a setembro de 1976, a segunda nos meses de fevereiro e março de 1977 e a última em janeiro e fevereiro de 1982 (Garcia Jr., 1989a, p. 13).

[40] Aluna de Florestan na graduação e mestre, sob orientação de Egon Schaden, da primeira turma de antropólogos formada na USP. Egon Schaden (1913-1991) era formado em Filosofia e se tornou em seguida o assistente da cátedra do antropólogo alemão Emílio Willems, tendo assumido a cadeira no lugar do estrangeiro em 1949, quando Willems se transferiu para os Estados Unidos. Foi Schaden personagem central para criação da Revista de Antropologia, em 1953.

(1973), Garcia Jr. inverteu a problemática ao negar uma homogeneidade nos objetivos dos nordestinos que partiam em direção ao mercado de trabalho no sudeste, em especial, para o Rio de Janeiro e São Paulo. O autor recusou a tendência explicativa da época de que o retorno às regiões de origem era, necessariamente, sinal de fracasso na empreitada. Para o autor, interessava "questionar sobre os efeitos múltiplos dos deslocamentos, tanto sobre os que partem, como sobre os que ficam, e sobre as relações que uns e outros mantêm com o espaço social de origem" (Garcia Jr., 1989a, p. 13). Com essa problemática, foi capaz de demonstrar que partir para o "Sul" era, para muitos, uma estratégia de reprodução da condição camponesa no local de origem e não de proletarização definitiva. Nesse sentido, migrar foi a maneira encontrada de retornar com condições de investir em alguma propriedade, arrendar terras, comprar algum gado e, assim, estabelecer vínculos de matrimônio com alguém da região de origem.

As transformações estruturais no país mobilizavam diversamente os atores sociais de diferentes posições e regiões desde os anos 1950 e, no Brejo paraibano, será no final dos anos 1970 o momento de concorrência pela apropriação do espaço físico em significativa expansão usineira. O contexto encontrado durante a pesquisa de campo era de declínio da dominação tradicional personalizada vigente na chamada "condição de morada", fortemente abalada pelo efeito de três fatores combinados: a concorrência no mercado nacional e internacional do açúcar, o avanço da consciência dos direitos trabalhistas tardiamente conquistados aos trabalhadores(as) agrícolas que, enfim, os igualava aos operários(as)[41] e a abertura de uma nova possibilidade de trabalho, ainda que no distante mercado industrial do Sudeste. Tais fatores cumulativos, resultam em massiva expulsão de *moradores*, para cujo destino não havia uma resultante única para onde deveria seguir o curso da história. Todavia, o caminho adotado, sob os ensejos das camadas dominantes, visou naturalizar a ideia do avanço inexorável de um capitalismo, em que não haveria lugar para que os ex-moradores se tornassem agricultores livres. Alterando apenas o formato de dominação, segundo Garcia Jr. (1989a, p. 211), "transformam seus antigos moradores em trabalhadores assalariados 'sem eira nem beira'".

[41] Os trabalhadores rurais teriam a primeira legislação específica para a categoria vinte anos depois da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) de 1943, através da promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural, Lei nº 4.214, durante governo de João Goulart.

Cabe recordar que o termo *morada*, nas regiões canavieiras do Nordeste, deve ser entendido como uma categoria social que extrapola o significado do senso comum de morar, na qual, conforme delineado por Palmeira (2009), antes de pedir trabalho, o que o trabalhador procura é "casa de morada" para sustento e possibilidade de usufruto do sítio. Possibilidade que será acessada por poucos, sendo o morador com sítio uma espécie ideal de morador que implica um pouco mais de "regalias" e maior fidelidade ao patrão. São os únicos da categoria morador, por exemplo, autorizados ao plantio de árvores frutíferas, interditados à maioria dos moradores por garantir uma comprovação de vínculo mais permanente ao lugar. A contrapartida da casa é, de todo modo, independente da posição ocupada pelo morador (morador sem sítio, morador com sítio, morador-foreiro[42]) – são todos *moradores de condição*, ou seja, têm na contrapartida da casa, o trabalho árduo e a fidelidade ao proprietário da terra. De fato, a condição de morada nada mais foi do que um "pretexto para o início de uma nova servidão" (Palmeira, 2009, p. 208), afinal, ainda que fosse pago, não era dono de seu tempo e do tempo de sua família.

Se antes do declínio da dominação personalizada, a imobilização da mão de obra permitia que os moradores mudassem de um engenho para outro, naquele contexto histórico de fortalecimento do usineiro, a expulsão dos moradores e a interdição de pedir nova morada era a estratégia adotada para reduzir os custos trabalhistas com a mão de obra e otimizar o uso máximo das terras para a lavoura canavieira que passava a ocupar todo espaço de plantio disponível. Enquanto o poder do usineiro crescia, a dominação personalizada declinava e a expulsão em massa dos trabalhadores das propriedades ocorria. Mas, como demonstrado com muita acuidade pelo autor durante o decorrer do livro, não havia determinismo para o *morador* que saía das terras de engenho: eles podiam tanto se tornar assalariados nas plantações açucareiras, passando, nesse caso – tanto para a categoria denominada de *alugados*, quanto de *fichados* –, a depender da existência ou não de carteira de trabalho assinada e do tipo de jornada, quanto poderiam tornar-se pequenos produtores agrícolas e/ou negociantes, categoria que passa a integrar as feiras locais, comercializando a própria produção ou a de outrem. Ser alugado significava a ausência de vínculos trabalhistas daqueles que, conforme suas necessidades, vendiam sua força de trabalho para outrem,

[42] Aquele que recebe terra e paga algo pela mesma.

cujo cálculo para contratação visava a redução da exploração da força de trabalho do grupo doméstico, bem como aparecia como alternativa para momentos insuficientes do ciclo de vida, por sexo ou idade de membros da família, para darem conta das demandas da agricultura praticada. Trabalhar como alugado não excluía a possibilidade de ser também um pequeno proprietário ou arrendatário, podendo o mesmo agente social ocupar mais de uma posição ao mesmo tempo.

Foi após tentativas de entrevistas com alguns moradores na região do Brejo paraibano que Garcia Jr. percebeu que, ainda que quisessem dialogar com os pesquisadores, em seguida recuavam; afinal, não podiam fazê-lo sem a autorização do patrão. Com o caminhar da pesquisa de campo, detecta que as classificações *sujeitos* e *libertos* são utilizadas para compreensão daquele espaço social, sendo apropriada de maneira diferenciada conforme a posição de quem fala e sem esquecer do questionamento necessário de como o(a) próprio(a) pesquisador(a) é visto em campo. Afinal, como ele mesmo afirma: "sabemos bem que o que se diz está diretamente relacionado *a quem se* diz e ao momento em que se diz" (Garcia Jr., 1989a, p. 31), este último também diretamente relacionado ao ciclo de vida do grupo doméstico. Demonstra, desta maneira, como a categoria agricultura foi reveladora de contornos de explorações econômicas diferentes e como, no caso paraibano, diferente da situação pernambucana, a *sujeição* da categoria social denominada *moradores*, ainda era presente. Portanto, expressões que apareciam nos depoimentos coletados no estado vizinho como referência explicativa de um passado recente (Sigaud, 1979b; Garcia Jr., 1983; Heredia, 1979), na Paraíba, apareciam como representativas do presente, fato que permitia avançar com pesquisa etnográfica uma perspectiva comparada que se valeu do diálogo constante com as pesquisas produzidas durante a execução do primeiro projeto coletivo (Ramiro & Garcia Jr., 2016).

A oposição sujeitos e libertos explica um universo social caracterizado pelos diferentes significados da terra como, por exemplo, terra de engenho *versus* terra de agricultura, bem como a distinção entre lavouras de pobre e lavouras de rico, que interdita aos moradores o plantio de lavouras permanentes, como a mandioca, junto aos roçados (pequenas parcelas de terras destinada aos moradores como parte do acordo moral entre proprietário do engenho e morador). Tal situação demonstra como a sujeição não se dá apenas na subordinação do grupo doméstico, mas também dos produtos

da atividade deste, ainda que ressentida com menor intensidade do que a sujeição dos corpos e do tempo da família. No sentido sociológico, terras de engenho são mais do que locais de plantios de monocultoras, são "áreas onde os cultivos são feitos por trabalhadores submetidos pessoalmente ao proprietário das terras onde residem e trabalham, comumente designados por moradores, palco privilegiado da sujeição" (Garcia Jr., 1989a, p. 25). Portanto, no caso das camadas mais baixas, era o local de residência, dentro ou fora dos engenhos, que vinculava cada categoria à sujeição ou à condição de liberto. Já para a elite agrária local, era o fato de se tornarem meros fornecedores de cana ao usineiro que fazia de alguns senhores de engenhos em "fogo morto", cativos. Como diz Garcia Jr. (1989a, p. 259), "o uso da oposição entre libertos e sujeitos não se refere somente a estratégias individuais, mas designa a composição social e a dinâmica das relações sociais em espaços físicos determinados".

Numa capacidade de escuta aguçada, Afrânio Garcia Jr. desvenda diferentes aspectos da realidade social que encontra, na frase que dá título à obra na resolução do enigma: a região Sul – termo com o qual se refere, principalmente, aos estados do Rio de Janeiro e São Paulo – era, para muitos paraibanos, o caminho do roçado. Era o Sul um local que aparecia no horizonte das possibilidades de viver da venda da força de trabalho, saindo, portanto, da situação de sujeição no caso de moradores, ou, para os pequenos agricultores, uma forma de garantir sua condição de libertos. Tais deslocamentos podiam resultar tanto em proletarização total sem retorno, quanto na acumulação de recursos para retorno posterior na condição de agricultor e/ou negociante.

Importante destacar que ter definido como categoria central de análise os(as) agricultores(as) não significou, em hipótese alguma, fazer uma síntese ou apenas uma sistematização das formulações dos agentes sociais entrevistados, mas sim, análises apuradas que partiam dessas falas colocando em consonância a "teoria de referência e o discurso concreto das formulações e atitudes dos agentes sociais" (Garcia Jr., 1989a, p. 23). Rodeado por diferentes significados da palavra agricultura, preocupa-se, o tempo todo, em revelar o sentido de paradoxos aparentes; afinal, "a tendência a universalizar situações individuais é bastante corrente; mas as afirmações que encerram ganham tanto mais significado quanto mais conseguimos objetivar a posição social de quem fala" (p. 171). E, cabe ainda dizer que tal

recorte não significou o negligenciamento de conversas informais e mesmo a realização de entrevistas semiestruturadas com outras categorias de trabalhadores, entre os quais, grandes proprietários, moradores de grandes propriedades, comerciantes, entres outros, que serviram para melhor compreensão dos fatos que eram abordados pelos pequenos produtores, mas que se passavam fora do universo de suas práticas.

O autor chama atenção para a importância fundamental de evitar fecharnos em conceitos e categorias existentes que, muitas vezes, nos impedem "de escutar o que estamos ouvindo",[43] como foi o caso do trabalho assalariado e a categoria salário/relação mercantil. Sua pesquisa revela que a forma salário não é sempre sinônimo de trabalho assalariado. Na concepção vigente, a força de trabalho seria a única mercadoria que restaria ao homem livre, proprietário de sua pessoa e, além disso, o vendedor da força de trabalho só poderia vender sua força de trabalho, ou seja, seu próprio corpo, e não o produto de seu trabalho. Ora, como vemos, as análises da realidade social dos agricultores realizada por Afrânio Garcia Jr. refutam essas duas premissas, mostrando com ilustrações de casos empíricos que a produção camponesa pode ser produção mercantil, sem com isso ser uma produção capitalista. Além disso, demonstra que não há a plena transformação da força de trabalho em mercadoria na situação dos *moradores*, que seguem *sujeitos* aos proprietários de terras, ainda que passem a receber salários.

Nas palavras de Garcia Jr. (1989a, p. 26), é "na forma salário atingindo o interior do campesinato subordinado ao desenvolvimento capitalista que se centra o cerne do debate sobre a diferenciação camponesa a nível econômico". Nesse sentido, é a concepção de mercado de trabalho que se torna central na obra de Garcia Jr. somando-se à demonstração empírica de que "o campesinato não é uma pedra no meio do caminho do desenvolvimento capitalista" (p. 27). Ao recusar qualquer visão determinista de um campesinato prestes a ser abolido pela proletarização, o autor preocupou-se em "buscar as determinações precisas dos suportes materiais que expliquem por que e como um dos movimentos em jogo, uma das forças em presença, torna-se dominante" (p. 27). Portanto, a análise da heterogeneidade das forças sociais e suas relações mostra aos(às) leitores(as) "as condições do surgimento de um campesinato que já nasce livre e

[43] Sobre as etapas da construção do conhecimento nas ciências sociais, sugiro ler Oliveira (2000).

diferenciado, que já surge ameaçado" (p. 27) e refuta "inexoravelmente a ideia de "uma única trajetória linear do processo histórico" (p. 30).

No caso da região analisada, foram detectadas estratégias de reprodução ou de reconversão social dos dominantes conforme o destino dado ao patrimônio fundiário da família. Tal patrimônio poderia, entre outros coisas, ser deslocado para outros interesses, muitas vezes implementados via investimentos escolares de alto nível dos filhos, que mudariam o ramo dos negócios familiares em sua geração. Para aqueles que mantiveram as terras, duas foram as possibilidades de cunho econômico detectadas para além da mera especulação. Numa delas, o plantio com lavouras da cana significou, no auge do funcionamento da usina, a sujeição ao usineiro e, na outra, a dedicação à atividade pecuária, também subsidiada e incentivada, à época, pelo Estado. O fato central foi perceber que, abalado o formato de dominação que estruturava o latifúndio canavieiro, cabia à elite agrária encontrar novas estratégias que garantissem sua reprodução social, ou seja, sua manutenção na mesma posição superior, excluindo a possibilidade de mobilidade ascendente dos(as) trabalhadores(as) agrícolas. Todavia, retornando à questão da inexorabilidade dos destinos, nem todos os que abandonaram a posição de moradores se tornaram assalariados junto às plantações ou mesmo no Sul do país, para alguns, significou a passagem a pequenos produtores agrícolas e/ou negociantes, ainda que com migrações temporárias para o Sul de algum membro da família. Alguns combinaram agricultura e negócio com criação, que os tornou uma espécie de agricultor mais forte. Heterogeneidade que apenas um olhar bastante disciplinado pela teoria foi capaz de dar conta.

Um outro aspecto importante de reforçar em *O Sul: caminho do roçado* é a dimensão relacional do jogo de forças entre os atores sociais em posições diferenciadas, que entra em cena no livro de maneira bastante inovadora na tese de Afrânio Garcia Jr., que dedica um capítulo inteiro às classes dominantes. Segundo o autor, numa perspectiva relacional, estava observando algo longe "de um processo que opõe duas forças uma à outra, movendo-se num vácuo social. O que acontece em cada uma e com ambas está associado ao que acontece com as categorias verdadeiramente dominantes, os grandes proprietários de terras" (Garcia Jr., 1989a, p. 266). Além disso, nessa concorrência pela apropriação do espaço, o que acontece no meio rural condiciona a composição social do espaço urbano em expansão, quer

pela formação das pontas de rua para onde migram moradores expulsos dos engenhos, quanto pelo crescimento de feiras e comércios.

Enfim, o livro mostra que ir para o Sul do país podia ser a solução encontrada para resolver a questão das adversidades da produção agrícola e serviu, para muitos, como uma alternativa possível para garantir ou mesmo ampliar o patrimônio no Nordeste. Cidade e campo, quem parte e quem fica, são dois lados de uma mesma moeda que permitem a permanência de pequenos agricultores na Paraíba, ainda que em situações bastante heterogêneas, conforme as trajetórias e disposições sociais de cada grupo doméstico e seu ciclo de vida correspondente.

Considerações finais

Espero ter demonstrado com esse artigo que, embora refletir sobre o rural no campo da sociologia inclua analisar os intercâmbios e a circulação internacional das ideias, isso não significou, conforme demonstrei através de exemplos concretos de duas pesquisas historicamente situadas, produzidas no eixo São Paulo e Rio de Janeiro por Antonio Candido e Afrânio Garcia Jr., a aceitação e incorporação passiva de tudo que chegava de fora. O que demonstrei foi a consolidação de estudos através de processo criativo e singular de verificação da teoria que era colocada em prática de maneira empírica junto aos tipos sociais que se desejava interpretar. Sem desvincular os textos produzidos de seus contextos, argumentei que a obra pioneira de Antônio Candido sobre os caipiras de Bofete, defendida nos anos 1950, na USP, e a tese de Afrânio Garcia Jr., produzida sob orientação de Moacir Palmeira de maneira articulada com um grupo de pesquisadores(as) vinculados(as) ao Museu Nacional, são, ainda hoje, marcos fundamentais para a compreensão de realidades brasileiras em seus diversos contextos históricos.

Ambos se debruçaram sobre a interpretação das transformações de um campesinato que resistiu (e ainda resiste) concomitantemente aos avanços do capitalismo no Brasil. No caso de Garcia Jr. (1989a, p. 27), tratou-se "de examinar mais a fundo as condições do surgimento de um campesinato livre e diferenciado", que já surgira ameaçado no momento de declínio da condição de morada no Nordeste; enquanto, para Antonio Candido (2010, p.220), a

problemática, similar em alguns aspectos, indagava sobre qual a possibilidade de a economia camponesa resistir "em meio a sua constante reprodução ameaçada" ou se seria apenas mais um dos momentos de adaptações.

O fato central era que as transformações sociais nos distintos períodos das pesquisas atingiam a todos(as) de maneiras diferenciadas, mas, como muito bem demonstrado pelas duas pesquisas, o que acontecia com as camadas populares estava associado aos movimentos de avanço ou recuo das camadas dominantes. Nos casos aqui descritos, o declínio do café em São Paulo, no final da década de 1920, e a expansão canavieira no Nordeste dos anos 1970 construíram explicações importantes sobre as formas de adaptação, possíveis e empiricamente comprovadas, de caipiras do interior do estado de São Paulo e de pequenos agricultores do agreste da Paraíba.

Cientes de que as *plantations* são mais do que unidade de base de um processo agroindustrial, mas, sobretudo, a matriz da sociabilidade no mundo rural na primeira metade do século passado (Garcia Jr., 2003), com pesquisas voltadas para camadas das populações rurais que ocupam os degraus mais baixos na hierarquia social, ainda que através de categorias sociais bastante distintas, tanto Antonio Candido quanto Afrânio Garcia Jr. discorrem, na verdade, sobre a multiplicidade de vias de transformações das matrizes rurais, pelas quais casas grandes e senzalas também poderiam ser sucedidas por configurações mais igualitárias, mas que, até aquele momento, não o haviam sido.

Com o sistema da *plantation* como regente das transformações, quer em momento de declínio – como analisado por Candido –, ou de expansão – caso da pesquisa de Afrânio Garcia Jr. –, um campesinato livre, porém, muitas vezes, vivendo dos mínimos necessários aparece nas duas regiões. No lugar outrora ocupado pelo latifúndio cafeeiro de São Paulo, resiste uma espécie de "caçador subnutrido, senhor do seu destino graças à independência precária da miséria" (Candido, 2010, p. 107), que refugou a escravidão e, em seguida, o colonato; e, nas terras ocupadas pela cana-de-açúcar no Nordeste, um trabalhador, cujo fim da condição de morada, mesmo o colocando em nova posição de liberto, não foi capaz de garantir uma condição digna de sobrevivência, significando para muitos a pauperização no meio rural ou urbano.

A leitura desses autores nos recorda que as pessoas são classificadas para fins heurísticos conforme objetivos do(a) pesquisador(a) e, muitas vezes,

as categorias construídas não são excludentes e muito menos fixas. Como vimos em Candido, por exemplo, o aforante pode ser um sem-terra, mas pode também ser um sitiante; em Afrânio, um agricultor sujeito pode passar a liberto ou vice-versa, a depender das conjunturas de cada momento vivido. Ambos demonstram capacidade analítica sem as amarras das especializações que reduziriam o potencial interpretativo dos objetos e mesmo das áreas das ciências sociais, trazendo, cada qual à sua maneira, uma seleção diversa de teorias que se unem a diferentes metodologias, conforme demandam as problemáticas construídas pelos autores e os objetos selecionados. Diversidade teórica e metodológica que jamais aparece sem um propósito bem definido, como mera exibição de saberes acumulados. Nesse sentido, fazer ciência sobre o meio rural é "estudar casos, recortar e examinar objetos construídos", assim como qualquer ciência social bem-feita – afinal, os recortes são das disciplinas e não da realidade em si (Bourdieu *et al.*, 2010).

Se alguém esperava ler este artigo como uma espécie de manual de pesquisa no meio rural a ser seguido, engana-se. Espero ter demonstrado aqui que boas pesquisas são construídas de maneira séria e criativa conforme suas próprias questões, em contextos acadêmicos historicamente situados. As teorias e metodologias mais adequadas são aquelas capazes de dar conta de nossas problemáticas sem o desejo de encaixar, a qualquer custo, o objeto na teoria. Como afirma Afrânio Garcia Jr. (1989a, p. 266) ao final de seu livro, "o ponto de vista privilegiado prova sua eficácia na relevância dos resultados que consegue estabelecer. A ciência não vive da discussão do território de cada uma e sim dos trabalhos que cada uma fez". Não há, em nenhuma das duas pesquisas, a proposição de modelo a ser seguido. Como bem descreveu Santos (2002, p. 34), "Candido não dá lições, mas revela caminhos possíveis". O mesmo, sem dúvida, vale para Afrânio Garcia Jr.

A necessidade dessa contextualização institucional de cada um dos autores se fez, pois, "só temos alguma chance de compreender justamente as questões dos jogos científicos do passado se tivermos consciência de que o passado da ciência é uma questão das lutas científicas presentes" (Bourdieu, 2019, p. 79). No caso de Antonio Candido, seu deslocamento definitivo para a área de Letras, ainda que reproduza muito do que aprendeu durante sua experiência nas Ciências Sociais (Pontes, 2001), faz com que não tenha produzido uma geração de orientandos(as) na Sociologia; mas, certamente, segue influenciando novas pesquisas, não apenas referentes à cultura caipira

(Queiroz, 1973; Brandão, 1995, 1983), mas às intensas transformações do campesinato no país e seus vínculos com recuos e avanços das *plantations*.

Já a obra de Afrânio Garcia Jr. segue em diálogo com uma variedade de temáticas sobre a sociedade brasileira, que ultrapassam a falsa dicotomia rural/urbano, bem como concebem a dimensão relacional do jogo de forças entre atores sociais em posições diferenciadas, chamando a atenção para necessidade de abordarmos também as classes dominantes e suas estratégias de reprodução social e formas de dominação. Após sua passagem pela UFRJ, o pesquisador fez também carreira na renomada École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), em Paris. Essa passagem pelo exterior não se reduziu apenas à continuidade de pesquisas e diversidade de temáticas a qual se dedicou,[44] mas se destacou também pelo papel imprescindível que seus esforços para acolher a maior quantidade possível de estudantes e pesquisadores(as) tiveram sobre parte das pesquisas nacionais. A influência do livro *O Sul: caminho do roçado* nas pesquisas sobre as migrações do Nordeste para o Sudeste realizadas por Marilda Aparecida de Menezes (2020, 2002); bem como em outros autores que se dedicaram às elites agrárias, como, por exemplo, Piccin (2015) sobre o patronato rural gaúcho, é incontestável. Além disso, Afrânio foi pesquisador atuante junto ao projeto "Reconfigurações do espaço social do Brejo paraibano no século XXI" (Ramiro, 2021), que se debruça sobre a atualização das pesquisas na mesma região na qual Garcia Jr. se doutorou, em contexto impensável durante sua tese: a usina falida e suas terras transformadas em assentamentos rurais de reforma agrária (Ramiro, 2022; Soffiati & Ramiro, 2024; Bernardo & Ramiro, 2024).

Enfim, as pesquisas sobrevivem não apenas nas obras deixadas e em seu papel central para verdadeiro acúmulo do conhecimento, que deve sempre debater com os(as) autores(as) que nos precederam, mas também na formação de novas gerações engajadas em problemáticas similares. Defendo que devam continuar a serem lidas e relidas por todos aqueles que desejam entender as reconfigurações atuais e suas descontinuidades e continuidades com nosso passado colonial, bem como, obter inspirações para, de maneira criativa, crítica e rigorosa, avançar o conhecimento sobre as relações rural-urbano e entre as distâncias entre categorias sociais estabelecidas.

---

[44] Dentre os temas abordados pelo pesquisador estão a circulação internacional das elites intelectuais brasileira, e a reconversão das elites agrárias.

Referências

Alvim, Rosilene, & Leite Lopes, José S. (1990). Familles ouvrières, familles d'ouvrières. *Actes de la recherche en sciences sociales*, (84), 78-84, https://doi.org/10.3406/arss.1990.2952

Bernardo, Vilma P., & Ramiro, Patrícia A. (2023). Trabalhadores rurais, direitos e justiça do trabalho no Brejo paraibano. In R. Véras de Oliveira (org.), *Trabalho na Paraíba: a condição precária sob vários prismas* (pp. 167-185). Editora CCTA.

Bertrand, Alvin L. (1973). *Sociologia rural: uma análise da vida rural contemporânea*. Atlas.

Bortoluci, José H., Jackson, Luiz C., & Pinheiro Filho, Fernando A. (2015). Contemporâneo clássico: a recepção de Pierre Bourdieu no Brasil. *Lua Nova*, (94), 217-254. https://doi.org/10.1590/0102-64452015009400008

Bourdieu, Pierre. (2019). *Questões de sociologia*. Vozes.

Bourdieu, Pierre. (2005). *Esboço de uma autoanálise*. Brasiliense.

Bourdieu, Pierre, Chamboredon, Jean-Claude, & Passeron, Jean-Claude. (2010). *Ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia*. Vozes.

Brandão, Carlos R. (1983). *Os caipiras de São Paulo*. Brasiliense.

Brandão, Carlos R. (1995). *A partilha da vida*. Cabral.

Brumer, Anita, & Santos, José Vicente T. dos. (2006). Estudos agrários no Brasil: modernização, violência e lutas sociais (desenvolvimento e limites da Sociologia Rural no final do século XX). *Revista NERA, 9*(9), 49-73. https://doi.org/10.47946/rnera.v0i9.1432

Candido, Antonio. (2010). *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida* (11. ed.). Ouro sobre Azul. (Obra original publicada em 1954).

Candido, Antonio. (2006). A sociologia no Brasil. *Tempo Social, 18*(1), 271-301. (publicado originalmente em 1959 na *Enciclopédia Delta-Larousse*, pp. 2216-2232). https://doi.org/10.1590/S0103-20702006000100015

Candido, Antonio. (1955, 24 ago.). *L'état actuel et les problèmes les plus importants des études sur les sociétés rurales du Brésil* [Artigo apresentado em congresso]. 31º Congresso Internacional de Americanistas, São Paulo, 321-332.

Cardoso de Oliveira, Roberto. (1996). *O índio e o mundo dos brancos*. Editora da Unicamp. (Obra original publicada em 1964).

Carvalho, Lucas C. (2013). O rural como ponto de vista: aspectos da sociologia de Maria Isaura Pereira de Queiroz. *Revista RURIS, 7*(1), 9-40. https://econtents.sbu.unicamp.br/inpec/index.php/ruris/article/view/16880

Cunha, Luiz A. (1988). *A universidade reformanda*. Francisco Alves.

Durham, Eunice R. (1973). *A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo*. Ática.

Eufrásio, Mário A. (1999). *Estrutura urbana e ecologia humana: a Escola de Chicago*. Editora 34.

Garcia Jr., Afrânio. (2009). Fundamentos empíricos da razão antropológica: a criação do PPGAS e a seleção das espécies científicas. *Mana, 15*(2), 411-447. https://doi.org/10.1590/S0104-93132009000200004

Garcia Jr., Afrânio. (2005). O desenraizamento brasileiro. In P. Encrevé & R.-M. Lagrave (orgs.). *Trabalhar com Bourd*ieu (pp. 309-314). Bertrand Brasil.

Garcia Jr., Afrânio. (2003). A Sociologia rural no Brasil: entre escravos do passado e parceiros do futuro. *Sociologias, 5*(10), 154-189. https://doi.org/10.1590/S1517-45222003000200006

Garcia Jr., Afrânio. (1993a). Reconversions des élites agraires: du pouvoir local au pouvoir national. *Études Rurales*, (131–132), 89-105. https://www.persee.fr/doc/rural_0014-2182_1993_num_131_1_3433

Garcia Jr., Afrânio (org.). (1993b). Droit, politique, espace agraire au Brésil [Dossiê]. *Études Rurales*, (131–132). https://www.persee.fr/issue/rural_0014-2182_1993_num_131_1

Garcia Jr., Afrânio. (1989a). *O Sul: caminho do roçado. Estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. Marco Zero.

Garcia Jr., Afrânio. (1989b). *Libres et assujettis : marché du travail et modes de domination au Nordeste*. Maison des Sciences de l'Homme.

Garcia Jr., Afrânio. (1986a). Libres et assujettis. Actes de la Recherche en Sciences Sociales, (65), 14-40. https://www.persee.fr/doc/arss_0335-5322_1986_num_65_1_2348

Garcia Jr., Afrânio. (1986b). Condition paysanne et marché du travail industriel. *Cahiers d'Économie et de Sociologie Rurales*, (3), 113-140.

Garcia Jr., Afrânio. (1983). *Terra de trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores*. Paz e Terra.

Garcia Jr., Afrânio, & Garcia-Parpet, Marie-France. (2023). Plantation et développement capitaliste dans le Nordeste (Brésil). Ethnographies associées aux enquêtes statistiques. In A. Garcia Jr. *et al.* (orgs.), *Bourdieu et les Amériques* (pp. 218-240). Éditions de l'IHEAL.

Garcia Jr., Afrânio, & Heredia, Beatriz. (2009). Campesinato, família e diversidade de explorações agrícolas. In E. P. Godoi *et al.* (orgs.), *Diversidade do campesinato: expressões e categorias – estratégias de reprodução social* (Vol. 2, pp. 213-243). NEAD.

Garcia-Parpet, Marie-France. (1984). *Feira e trabalhadores rurais* [Tese de Doutorado em Antropologia Social]. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Garcia-Parpet, Marie-France. (1983). Negócio e campesinato: uma estratégia de reprodução social. *Boletim do Museu Nacional*, (45), 1-17. https://revistas.ufrj.br/index.php/bmna/article/view/49256

Garcia-Parpet, M.-F. (1977). *O Bacurau : étude de cas d'un marché si-tué dans une usina du Nord-Est du Brésil* [Dissertação de mestrado]. Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Gheorghiu, Mihai D. (2020). As fronteiras internacionais das ciências sociais: itinerários de um intelectual coletivo. Entrevista com Afrânio Garcia Jr. *Revista Pós Ciências Sociais, 17*(33), 227-266. https://doi.org/10.18764/2236-9473.v17n33p227-266

Gheorghiu, Mihai D. (2018). Les frontières internationales des sciences sociales. Itinéraires d'un intellectuel collectif. Entretien avec Afrânio Raul Garcia Jr. *Psihologia Socială, 42*(II), 21-52.

Heredia, Beatriz, Palmeira, Moacir, & Leite, Sérgio P. (2010). Sociedade e economia do "agronegócio" no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais, 25*(74), 159-176. https://doi.org/10.1590/S0102-69092010000300010

Heredia, Beatriz. (1979). *A morada da vida*. Paz e Terra.

Heredia, Beatriz, & Garcia Jr., Afrânio. (1971). Trabalho familiar e campesinato. *América Latina, 14*(1-2).

Jackson, Luiz C. (2001). A tradição esquecida: estudo sobre a sociologia de Antonio Candido. *Revista Brasileira de Ciências Sociais, 16*(47), 127-140. https://doi.org/10.1590/S0102-69092001000300008

Julião, Francisco. (1968). *Cambão: la cara oculta de Brasil*. Siglo Veintiuno.

Klüger, Elisa, & Krohn, Lilian V. H. (2019). Por uma sociologia da economia de cunho etnográfico e histórico: Entrevista com Marie-France Garcia-Parpet. *Tempo Social, 31*(2), 263-278. https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2019.155376

Laraia, Roque de B. (2008). Maybury-Lewis e a etnologia brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais, 23*(67), 9-14. https://doi.org/10.1590/S0102-69092008000200002

Leite Lopes, José. S. (2013). Entrevista com Moacir Palmeira. *Horizontes Antropológicos, 19*(30), 435-457. https://doi.org/10.1590/S0104-71832013000100017

Leite Lopes, José S. (1991). Lectures savantes d'un syndicalisme paradoxal. La formation de la classe ouvrière brésilienne et le syndicat « officiel ». *Genèses*, (3), 73-96. https://doi.org/10.3406/genes.1991.1047

Leite Lopes, José. S. (1988). *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés*. Marco Zero.

Leite Lopes, José. S. (1976). *O vapor do diabo*. Paz e Terra.

Leite Lopes, José. S., & Alvim, Rosilene. (1993). L'usine et la véranda. *Études rurales*, (131-132), 39-56. https://doi.org/10.3406/rural.1993.3430

Leite Lopes, José S. *et al.* (org.). (1979). *Mudança social no Nordeste: A reprodução da subordinação. Estudos sobre trabalhadores urbanos*. Paz e Terra.

Lopes, Thiago da C., & Maio, Marcos C. (2022). Sociólogos rurais, modernização e ideias de comunidade na América Latina: o caso do Office of Foreign Agricultural Relations (1930–1940). *Dados, 65*(1), e20200028. https://doi.org/10.1590/dados.2022.65.1.255

Lopes, Thiago da C., & Maio, Marcos C. (2017). Comunidade e democracia na sociologia de T. Lynn Smith e José Arthur Rios. *Revista Brasileira de Ciências Sociais, 32*(95), e329516. https://doi.org/10.17666/329516/2017

Martins, José de S. (2001). O futuro da Sociologia Rural e sua contribuição para a qualidade de vida. *Estudos Avançados, 15*(43), 31-36. https://doi.org/10.1590/S0103-40142001000300004

Menezes, Maria A. (2020). Trabalho, família e migrações: Uma relação afetiva e uma trajetória de pesquisa. *Revista Latinoamericana de Antropologia del Trabalho, 4*(7). https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=668070943002

Menezes, Maria A. (2002). *Redes e enredos nas trilhas dos migrantes: Um estudo de famílias de camponeses–migrantes*. Relume Dumará.

Miceli, Sergio. (1987). Condicionantes do desenvolvimento das ciências sociais no Brasil, 1930–1964. *Revista Brasileira de Ciências Sociais, 2*(5), 5-25.

Mills, C. Wright. (1972). *A imaginação sociológica*. Zahar.

Monbeig, Pierre. (1952). *Pionniers et planteurs de São Paulo*. Armand Colin.

Novaes, Roberta, & Valeriano, Maya. (2010). Entrevista com o professor José Sérgio Leite Lopes. *Revista IDeAS: Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, 4*(2), 544-591. https://revistaideas.ufrrj.br/ojs/index.php/ideas/pt_BR/article/view/55

Oliveira, Lúcia L. (1998). Ciências sociais: ontem e hoje. *Ciência & Trópico, 26*(2), 295–302.

Oliveira, Roberto C. de. (2000). *O trabalho do antropólogo*: olhar, ouvir, escrever. In R. C. de Oliveira. O trabalho do antropólogo. Editora Unesp.

Palmeira, Moacir (cord.). (1977). *Projeto emprego e mudança socioeconômica no Nordeste. Volume 1: Problemas da formação do campesinato*. Relatório de Pesquisa. Museu Nacional, UFRJ.

Palmeira, Moacir. (1971). *Latifundium et capitalisme au Brésil : lecture critique d'un débat* [Tese de Doutorado]. Université Paris-Fdescartes.

Peixoto, Fernanda A. (2001). Franceses e norte-americanos nas ciências sociais brasileiras (1930–1960). In S. Miceli (org.), *História das ciências sociais no Brasil* (2. ed., Vol. 1, pp. 477-531). Sumaré.

Pérez, Amín. (2022). *Combattre en sociologues: Pierre Bourdieu & Abdelmalek Sayad dans une guerre de libération (Algérie, 1958–1964)*. Agone.

Perosa, Graziela, & Gheorghiu, Mihai Dinu. (2018). Les sciences sociales au Brésil (II). *Psihologia Socială*, (43), 7-10. https://observatorsocial.ro/publicatii/revista-psihologia-sociala/arhiva-psihologia-sociala/revista-psihologia-sociala-nr-42-2018/

Piccin, Marcos B. (2015). Cálculo econômico e mobilidades sociais cruzadas em terras gaúchas: Estudo sobre a mudança na morfologia do patronato rural. *Revista Brasileira de Ciências Sociais, 30*(89), 147-158. https://doi.org/10.17666/3089147-158/2015

Pollak, Michael. (1976). La planification des sciences sociales. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales, 2*(2–3), 105-121. https://www.persee.fr/doc/arss_0335-5322_1976_num_2_2_3455

Pontes, Heloisa. (2001). Entrevista com Antonio Candido. *Revista Brasileira de Ciências Sociais, 16*(47), 5-30. https://doi.org/10.1590/S0102-69092001000300001

Queiroz, Maria I. P. (1973). *Bairros rurais paulistas: dinâmica das relações bairro–rural–cidade*. Duas Cidades.

Queiroz, Maria I. P. de (org.). (1969). *Sociologia rural*. Zahar.

Ramiro, Patricia A. (2022). O declínio da agroindústria açucareira no Nordeste e o acesso à condição camponesa. *Estudos Sociedade e Agricultura, 30*(2), e2230209. https://doi.org/10.36920/esa-v30-2_st03

Ramiro, Patrícia A. (2021). Reconfigurations of the social sphere in Brejo da Paraíba in the 21st century: imprints of plantations in Latin America. *Sociologias, 23*(57), 460-466. https://doi.org/10.1590/15174522-102915

Ramiro, Patrícia A., & Garcia Jr., Afrânio. (2016). O mundo social entre compartilhado e segmentado: relembrando os espaços de O sul: caminho do roçado. Entrevista com Afrânio Garcia Jr. *Política & Trabalho, 1*(45), 375-393. https://periodicos.ufpb.br/index.php/politicaetrabalho/article/view/32914

Ribeiro, Maria das G. M. (2009). A USAID e o ensino agronômico brasileiro: caso da Universidade Rural do Estado de Minas Gerais. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi: Ciências Humanas, 4*(3), 453-463. https://doi.org/10.1590/S1981-81222009000300007

Rios, José A. (1979). O que é e como surgiu a sociologia rural. *Ciência & Trópico, 7*(1), 85-102.

Rocha, Maria E. M. (2022). *Bourdieu à brasileira*. Confraria do Vento.

Santos, Ana M. dos. (1999). Desenvolvimento, trabalho e reforma agrária no Brasil, 1950–1964. *Tempo, 4*(7), 1-13. https://www2.historia.uff.br/tempo/wp-content/uploads/2024/11/artg7-2.pdf

Santos, José V. T. (1991). *Crítica da sociologia rural*. Vértice.

Santos, Luiz A. C. (2002). A radicalidade de Os parceiros do Rio Bonito. *Revista Brasileira de Ciências Sociais, 17*(49), 31–38. https://doi.org/10.1590/S0102-69092002000200003

Sigaud, Lygia. (2008). A collective ethnographer: Fieldwork experience in the Brazilian Northeast. *Social Science Information, 47*(1), 71-97. https://doi.org/10.1177/0539018407085750

Sigaud, Lygia. (1992). Para que serve conhecer o campo? In S. Miceli (org.), *Temas e problemas da pesquisa em ciências sociais* (pp. 30-42). Sumaré.

Sigaud, Lygia. (1979a). *Os clandestinos e os direitos: estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco*. Duas Cidades.

Sigaud, Lygia. (1979b). A nação dos homens: uma análise regional de ideologia. *Anuário Antropológico, 3*(1), 13-114. https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6053

Soffiati, Caterine. (2022). *Modernização da agroindústria açucareira na Paraíba: o caso da Usina Santa Maria* [Dissertação de Mestrado]. Universidade Federal da Paraíba.

Soffiati, Caterine, & Ramiro, Patricia A. (2024). O Estado brasileiro e a acumulação fundiária no Nordeste sucroalcooleiro: o caso da usina Santa Maria. *Século XXI – Revista de Ciências Sociais, 14*(2), 9-26. https://doi.org/10.5902/2236672590498

Stedile, João P. (2006). *História e natureza das Ligas Camponesas, 1954–1964*. Expressão Popular.

Wanderley, Maria de N. B. (2012). *Um saber necessário: os estudos rurais no Brasil*. Editora Unicamp.

Willems, Emílio. (1947). *Cunha: tradição e transição em uma cultura rural do Brasil*. Secretaria da Agricultura, Diretoria de Publicidade Agrícola.

Recebido: 30 out. 2025.
Aceito: 24 jun. 2026.

Licenciado sob uma Licença Creative Commons Attribution 4.0